



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS DO SERTÃO**

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS**

HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

**DELMIRO GOUVEIA – AL
JANEIRO/2014**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS DO SERTÃO**

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS
HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras –
Habilitação em Língua Portuguesa, com objetivo de
adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais do
curso.

DELMIRO GOUVEIA – AL

JANEIRO/2014

Reitor

Eurico de Barros Lôbo Filho

Vice-Reitora

Profa. Dra. Rachel Rocha de Almeida Barros

Pró-Reitoria de Graduação

Prof. Dr. Amauri da Silva Barros

Coordenadoria de Cursos de Graduação - CCG

Prof. Dr. Alexandre Lima Marques da Silva – Coordenador

Responsável pela Revisão do Projeto Político Pedagógico

Técnico em Assuntos Educacionais José Anchieta

Diretor Geral do Campus do Sertão

Prof. Dr. José Agnaldo dos Santos

Diretor Acadêmico do Campus do Sertão

Prof. Dr. José Ivanilson Barbalho

Coordenador do Curso de Letras-Português

Prof. MSc. Cezar Alexandre Neri Santos

Vice-coordenador do Curso de Letras-Português

Prof. MSc. Thiago Trindade Matias

DOCENTES DO CURSO

Profa. Msc. Adriana Deodato Costa

Profa. Msc. Ana Flávia de Andrade Ferraz

Prof. Msc. Cezar Alexandre Neri Santos

Prof. Esp. Cristiano das Neves Vilela

Prof. Msc. Denson André Pereira da S. Sobral

Profa. Msc. Fabia Pereira da Silva

Prof. Msc. Gercinaldo de Moura Medeiros

Prof. Msc. Héder Cléber de Castro Rangel

Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho

Prof. Dr. José Ivanilson Barbalho

Profa. Msc. Lidiane dos Santos Barbosa

Prof. Dr. Márcio Ferreira da Silva

Profa. Msc. Marilza Pavelzi

Prof. Dr. Marcos Alexandre de Moraes Cunha

Profa. Dra. Lídia Maria Marinho da Pureza Ramires

Profa. Maria Aparecida da Silva

Prof. Manoel Valquer Oliveira Melo

Profa. Msc. Mônica Regina Nascimento Santos

Prof. MSc. Murilo Cavalcante Alves

Prof. Dr. Otávio Cabral

Prof. Msc. Rafael Alexandre Belo de A. Pereira

Prof. Msc. Rodrigo Pereira

Profa. Msc. Thaysa Oliveira Barbosa

Prof. Msc. Thiago Trindade Matias

COLEGIADO DE CURSO

[Portaria D.O.U. de 20 de Abril de 2012]

Docentes Titulares

Prof. MSc. Cezar Alexandre Neri Santos
Prof. MSc. Thiago Trindade Matias
Profa. MSc. Héder Cléber de Castro Rangel
Prof. Esp. Cristiano das Neves Vilela
Prof. MSc. Murilo Cavalcante Alves

Docentes Suplentes

Prof. Dr. Marcio Ferreira da Silva
Prof. Dr. Marcos Alexandre de Moraes Cunha
Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho
Profa. MSc. Marilza Pavelzi
Prof. Dr. Rodrigo Pereira

Representantes Técnicos Administrativos

Aluísio Norberto dos Santos (Titular)
Rogério Brilhante Gonçalves (Suplente)

Representantes Discentes

Elenice Maria da Silva (Titular)
Heloísa Cecília Araújo Silva (Suplente)

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

(Formado em 13 de março de 2013)

Prof. MSc. Cezar Alexandre Neri Santos
Prof. MSc. Murilo Cavalcante Alves
Prof. MSc. Thiago Trindade Matias
Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho
Prof. Dr. Márcio Ferreira da Silva
Prof. Dr. Marcos Alexandre de Moraes Cunha

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

INSTITUIÇÃO MANTENEDORA: Ministério da Educação, Brasília/DF, dependência Administrativa Federal

INSTITUIÇÃO MANTIDA: Universidade Federal de Alagoas – UFAL

ENDEREÇO: Rodovia Prefeito José Serpa de Menezes AL 145, Km 3, nº 3849, Bairro Cidade Universitária - Delmiro Gouveia – AL, CEP: 57480-000

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Letras-Português

MODALIDADE: Licenciatura presencial

TÍTULO CONCEDIDO: Licenciado em Letras, Habilitação em Língua Portuguesa

UNIDADE ACADÊMICA: Campus do Sertão

TURNO DE FUNCIONAMENTO: Diurno (manhã e tarde)

VAGAS AUTORIZADAS: 80/ano, divididas em 40/semestre, em turnos alternados

CARGA HORARIA TOTAL: 3.532 horas/aula

DURAÇÃO: Mínima – 8 semestres (4 anos) / Máxima – 12 semestres (6 anos)

CARGA HORÁRIA SEMESTRAL: Mínima: 280 / Máxima: 420

FORMAS DE INGRESSO: A primeira forma de acesso aos cursos da Universidade Federal de Alagoas é normatizada pela Resolução nº 32/2009- CONSUNI/UFAL, de 21 de maio de 2009, que trata da adoção do ENEM (SISU) como o Processo Seletivo da Universidade Federal de Alagoas. Outras resoluções e legislações nacionais normatizam as demais formas de ingresso no curso através de transferência, reopção, matrícula de diplomados, Programa de Estudantes-Convênio de Graduação. Todas essas resoluções estão disponibilizadas no endereço eletrônico www.ufal.edu.br.

OBJETIVOS DO CURSO:

- Formar docentes interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro;
- Propiciar o domínio do uso da Língua Portuguesa em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais;
- Fazer do graduando um profissional capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente;
- Articular o tripé da Universidade ensino, pesquisa e extensão em prol de uma formação humanizada de professores de Língua Portuguesa e suas literaturas no âmbito dos ensinos Fundamental Maior e do Ensino Médio.

PERFIL DO EGRESSO: O egresso do curso de Letras da UFAL/Campus do Sertão é um profissional sensível ao papel social da escola, preocupado com o bem comum e, principalmente no que diz respeito ao exercício da cidadania, capaz de lidar de forma crítica com as linguagens, sobretudo verbal, nas modalidades oral e escrita. Está atento às variedades linguísticas e culturais, sendo capaz de gerenciar seu desenvolvimento profissional e de resolver problemas em contextos novos de acordo com as demandas sociais. É também dotado de conhecimento pedagógico que o habilita a aperfeiçoar sua prática pedagógica e a participar do projeto educativo da instituição de ensino.

CAMPO DE ATUAÇÃO: Tendo por base uma formação que articula ensino, pesquisa e extensão, relativamente aos conhecimentos linguísticos e literários da língua portuguesa, e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras, os espaços de atuação do licenciado em Letras estão mais diretamente voltados para a atuação como professor na educação básica, nos domínios público e privado. Há ainda a possibilidade de atuação deste profissional na revisão de textos, desenvolvimento e análise de material didático e de técnicas pedagógicas para o ensino de língua e respectiva literatura, elaboração de proposta curricular no seu campo de atuação, assessoria cultural, crítica linguística e literária, dentre outros que envolvam a língua/linguagem/discurso, em termos de sua estrutura, funcionamento, manifestações culturais e sócio históricas.

INFRAESTRUTURA: O Curso de Licenciatura em Letras desenvolve suas atividades no espaço físico da sede do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas, no município de Delmiro Gouveia. Conta com espaços destinados às atividades pedagógicas (salas de aula, 1 auditório e 1 mini auditório, 2 laboratórios de informática, 1 laboratório de Linguagem), administrativas (secretaria de curso, sala de coordenação) e de orientação/pesquisa (sala de coordenação, sala de professores, biblioteca do *campus*).

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Prof. MSc. Cezar Alexandre Neri Santos

Prof. MSc. Murilo Cavalcante Alves

Prof. MSc. Thiago Trindade Matias

Profa. MSc. Ana Flávia de Andrade Ferraz

Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho

Prof. Dr. Márcio Ferreira da Silva

Prof. Dr. Marcos Alexandre de Moraes Cunha

Prof. Esp. Cristiano Neves Vilela

Técnico em Assuntos Educacionais Esp. Aluísio Norberto dos Santos

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	05
1. INTRODUÇÃO / JUSTIFICATIVA	08
A REALIDADE EDUCACIONAL BRASILEIRA	08
A ÁREA DE LETRAS.....	09
2. PERFIL DO EGRESSO	14
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO	15
3. HABILIDADES – COMPETÊNCIAS – ATITUDES	16
4. CONTEÚDO / MATRIZ CURRICULAR	19
5. ORDENAMENTO CURRICULAR.....	25
5.1 RESUMO DAS DISCIPLINAS PROFISSIONALIZANTES	27
5.2 DISCIPLINAS ELETIVAS	28
6. EMENTA.....	30
EMENTA E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS.....	30
EMENTA E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS ELETIVAS	57
7. ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	72
8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC.....	77
9. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS.....	78
10. AVALIAÇÃO.....	81
11. CONDIÇÕES DE VIABILIDADE	84
12. REFERÊNCIAS	86
ANEXOS	88

1. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

A REALIDADE EDUCACIONAL BRASILEIRA

Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2003, lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), associado ao IBGE, ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e à Fundação João Pinheiro, do governo de Minas Gerais, é a educação que está elevando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil¹. Esses dados, na verdade, não vêm mais que confirmar um ponto de vista amplamente testado: a educação é fator de promoção social e de melhoria de vida.

Por outro lado, o diagnóstico do abandono dos processos de aprendizagem na sociedade brasileira também é abundante. A sinopse da Educação Básica do ano 2003, que integra estudo do IBGE sobre indicadores sociais², mostra que o ensino fundamental regular teve quatro milhões de alunos reprovados e foi abandonado por 2,8 milhões de estudantes, em 2002. Os aprovados somam 27,8 milhões. Os concluintes, 2,8 milhões. No que diz respeito ao ensino médio regular, 1,1 milhão de estudantes abandonaram a escola, em 2002, e 747 mil foram reprovados. Os aprovados foram 6,3 milhões, e os concluintes, 1,9 milhão. As regiões com maior número de reprovados são a Nordeste, com 1,8 milhão de alunos (45% do total), e a Sudeste, com 938 mil (23% do total). A comparação com a distribuição de matrículas mostra que, no Nordeste, estão 35% dos alunos e no Sudeste, 36%. Essa relação aponta ainda para a desigualdade de condições existentes entre as escolas das diferentes regiões do País.

No que diz respeito à qualidade do ensino, os dados mostrados pelo Saeb, por exemplo, são enfáticos:³ 59% das crianças que terminam a quarta série do ensino fundamental apresentam nível muito crítico e crítico, em leitura. Essa mesma deficiência caracteriza 25% das crianças que terminam a oitava série. No terceiro ano do ensino médio, há 42% de alunos com profundas deficiências na

¹ Disponível em www.undp.org.br.

² O estudo tem capítulos específicos sobre Educação, Saúde, Domicílios, Trabalho e rendimentos, Cor, Mulheres, Idosos, Crianças, adolescentes e jovens. Os dados são, principalmente, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2002 e do Censo 2000.

³ O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é considerado o principal instrumento de avaliação em larga escala da América Latina. É um mecanismo que mescla testes de habilidades e competências e questionários de fatores associados. Existe desde 1990 e com uma métrica longitudinal desde 1995.

compreensão de textos. Do total dos estudantes de 8ª série, 84% consolidam apenas habilidades e competências que seriam esperadas para a 4ª série do ensino fundamental. Conclui-se, então, que a educação ofertada aos estudantes entre a 5ª e a 8ª séries pouco agregou em termos de aprendizagem.

No Brasil, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais caiu de 65,3%, em 1900, para 13,6%, em 2000. Apesar desse avanço, o país ainda possuía, em 2000, cerca de 16 milhões de analfabetos absolutos, isto é, todos os que se declaram incapazes de ler e escrever um bilhete simples, e 30 milhões de analfabetos funcionais, isto é, pessoas de 15 anos ou mais, com menos de quatro séries concluídas. Isso significa dizer que, apesar de o país ter oferecido, nos últimos 60 anos, cerca de uma dezena de programas de abrangência nacional, cuja meta era o fim do analfabetismo, a alfabetização da totalidade de jovens e adultos ainda não está assegurada. Ainda mais difícil de ser alcançado é um nível satisfatório de letramento que possa assegurar aos egressos desses programas o pleno exercício de sua cidadania.

No que diz respeito à formação do/a professor/a, as tentativas de solucionar o problema através de orientações globalizantes são fadadas a se transformar em manuais de normas e direcionamentos a serem reproduzidas na prática. Em certos casos, nem mesmo essa reprodução é executável, conforme os dados mencionados deixam supor.

Esse cenário exige um posicionamento efetivo, no que se refere à formação de professores de línguas e literaturas, considerando que todos os problemas apresentados nos dados estatísticos fazem menção explícita à relação precária entre o falante e a instância linguístico-discursiva. Nessa direção, vale destacar a urgência de articular teoria e prática, bem como saberes reconhecidos e aqueles do cotidiano das práticas sociais nos currículos de Letras, permitindo que o trabalho realizado na instituição de ensino ultrapasse o nível de reprodução de conhecimentos informativos e normativos sobre as línguas e literaturas.

A ÁREA DE LETRAS

Pode-se falar de dois grandes modelos teóricos de interpretação da linguagem humana, que foram desenvolvidos a partir do surgimento da Linguística, no começo do século XX: um que entende a língua numa concepção formalista e outro que a entende numa perspectiva social/cultural ou social/discursiva. Esses

modelos se distinguem da concepção tradicional, que identifica o estudo da linguagem com o estudo da gramática padrão.

Os estudos dos filósofos gregos caracterizavam-se pela preocupação filosófica, cujo objetivo era perpetuar o patrimônio literário grego. Eles perpetuaram, portanto, uma visão ideológica elitista e normativa dos estudos de linguagem. Esta concepção persiste até hoje na forma como muitos professores ainda concebem o ensino de língua, confundido com o ensino de gramática descritiva e normativa. A visão normativa da linguagem considera que tudo o que foge à norma padrão é inferior ou não é um fato linguístico legítimo.

A partir do paradigma estruturalista, inicia-se uma nova etapa nos estudos da linguagem. O estruturalismo, tanto na Europa, a partir de Ferdinand de Saussure, como nos Estados Unidos, a partir de Leonard Bloomfield, caracteriza-se pela centralização em torno da concepção sistêmica da língua, vista como uma entidade abstrata.

Inspirado no Racionalismo e na tradição lógica dos estudos da linguagem, o gerativismo de Chomsky entende a língua como “objeto biológico” e propõe uma teoria linguística que satisfaça as condições de adequação descritiva, isto é, oferecer uma descrição das propriedades das línguas particulares, entendidas como o sistema de conhecimento internalizado do falante; e de adequação explicativa, isto é, depreender como cada língua particular pode ser derivada de um estado inicial, geneticamente determinado. O que caracteriza o programa da Gramática Gerativa é a sua natureza mentalista/internalista.

Sob a égide do estruturalismo, desenvolveram-se escolas distintas: a formalista, que propõe uma visão da língua enquanto sistema formal; e a funcionalista de várias tendências, que considera as funções como constitutivas da língua.

Numa posição que visa a ultrapassar a concepção de língua como sistema (estruturalismo) e como conhecimento individual e interno (gerativismo), diferentes abordagens dedicam-se ao estudo da relação entre os aspectos linguísticos e os sociais. Elas diferem entre si quanto à interpretação que dão à natureza dessa relação através: da variação (Sociolinguística Laboviana), da interação qualitativa (Sociolinguística Interacional), do enunciado como unidade de análise (Teorias da Enunciação e da Pragmática), do texto como unidade de análise (Linguística textual) e do discurso (as diferentes análises do discurso: a Análise do Discurso de linha

francesa – AD, a Análise do Discurso Bakhtiniana, a Análise Crítica do Discurso, a Análise Semiótica do Discurso, para citar algumas das vertentes principais).

A análise do discurso agrega uma concepção teórica e uma práxis de interpretação, que entende a língua e a linguagem como resultados de processos históricos, logo, como prática de sujeitos. Através do discurso que reflete/refrata uma realidade social, o sujeito imprime sua marca na cotidianidade.

No quadro específico da aquisição de linguagem e da aprendizagem de línguas, duas perspectivas de estudo se distinguem: aquelas das Teorias da Aquisição e aquela da Linguística Aplicada.

A área da aquisição de linguagem tradicionalmente dedica-se à investigação da aquisição da língua materna, podendo assumir uma perspectiva inatista ou sociointeracionista. Os estudos sobre a aquisição da escrita também têm tido um lugar de destaque nas pesquisas da área.

A Linguística Aplicada trabalha numa perspectiva inter/transdisciplinar questões sociais que têm como foco a linguagem. Sua atuação no ensino e na aprendizagem de línguas apresenta proposta híbrida, tanto teórica como metodológica, visando a contribuir para a transformação das práticas.

De forma análoga, também a Literatura sofreu várias mudanças nos seus paradigmas de análise. Saiu de uma abordagem meramente periodista e passou a ocupar-se com o estudo das diferentes organizações discursivas e textuais das obras literárias, a partir de perspectivas variadas, como a filosófica, histórica, semiótica, entre outras. Se, no passado recente, o estudo da literatura se reduzia a um desfile de autores e obras dispostos em rigorosa cronologia, sem que se fizesse inter-relação entre estilos, procedimentos e gêneros, hoje se pede muito mais do que isso: a compreensão de obras e de autores e de comportamentos de escrita sempre de acordo com vieses teórico- interpretativos capazes de integrar conhecimento do universo literário a atitudes críticas, que devem, em qualquer instância, iluminar o artefato literário no que os textos manifestam em sua realização como construção (nesse sentido, Antônio Candido defende a ideia de que a integralidade da leitura da obra literária só se dá quando, além da fruição dos temas e da percepção da expressão subjetiva de quem escreveu o texto, é reconhecida a dimensão de organização estrutural desse texto, a qual faz, por exemplo, que determinado tema ou assunto seja entendido ou apreciado ao serem entendidas e avaliadas as suas formas de realização estética).

Além disso, e em consonância do que foi já dito, em tempo de multiculturalismo avultam as pesquisas que enfocam e privilegiam o campo cultural do fazer literário, como ocorre no âmbito dos Estudos Culturais, da crítica feminista e da ecocrítica, sem abandonar a pesquisa formal responsável pela detecção, no texto, de seus componentes básicos e estruturais de organização artística.

O ensino da literatura, no ensino médio, ainda se ressentido de certo anacronismo, por não discutir o caráter de construção do texto na sua íntima relação com os temas e com os grupos sociais dos quais fazem parte os textos efetivamente produzidos. Minimizando a compreensão da literatura como trabalho e produção, em geral, ainda se mantém, nesse nível de ensino, a ilusão de que o texto é resultado de um capricho de eleitos e que, para melhor fruí-lo, basta entrar em contato com o cânon e com a decifração de recursos retórico-estilísticos, como se estes não participassem também de outras modalidades de gêneros textuais, como o texto jornalístico, o científico, o religioso, entre outros, não sendo, pois, tais recursos elementos de discriminação do literário. O importante é ver em que sentido a literatura tem de particular, seus processos formais de significação, e em que aspecto ela se articula com os demais gêneros textuais e com a própria existência concreta dos homens em sociedade.

A literatura está longe, por conseguinte, de ser um gênero discursivo à parte, pois nas mais diversas situações cotidianas entramos em relação direta com manifestações artísticas e com o imaginário, de que são exemplos o teatro de rua, a telenovela, a história em quadrinhos, a canção popular, as adivinhas, entre outras linguagens e outros instrumentos midiáticos. Na atualidade não se pode mais desconsiderar a força do meio eletrônico, que convive com o livro de papel e tinta. Isso só comprova que o —direito à literaturall — expressão feliz de Antônio Candido — é um dado permanente na vida diária, da mais elitizada a mais humilde, razão por que falar em arte, em qualquer uma de suas manifestações, é ainda falar do homem e da sociedade que o abriga. A velocidade da vida diária na contemporaneidade não atenuou a relação com o imaginário e com a importância que deve assumir a literatura; apenas alterou as formas de percepção e os modos de propagação e de produção do texto literário, obrigando o crítico a rever constantemente seus critérios de análise, seus conceitos, todos em constante mutação, situação que faz voltar o olhar, afirmativamente, para a comunidade de leitores, cuja formação é compromisso do ensino, em qualquer nível.

Os embates mencionados entre os paradigmas de estudo das línguas, em sua manifestação ordinária ou artística, apontam para a necessidade de os profissionais reconhecerem a provisoriedade das múltiplas posições em que sua área está colocada, em função das múltiplas mudanças discursivas que constituem a própria sociedade. Sob tal óptica, coloca-se como trabalho do professor o questionamento e a interrogação permanentes das "grandes narrativas filosóficas e científicas", visando desestabilizar o discurso único.

Entretanto, cumpre acrescentar que a complexidade dos saberes envolvidos no projeto pedagógico do/a licenciado/a em Letras não prescinde de uma formação específica daquele/a que lida com a língua/linguagem como objeto principal de seu trabalho. Assim, questões específicas da prática pedagógica do/a professor/a, da mesma forma que necessitam de uma visão ampla do processo educativo, não são resolvidas através de conhecimentos pedagógicos generalizantes acerca de sua profissão e de suas práticas.

Nessa perspectiva, a prática específica de quem trabalha com a língua/linguagem exige saberes estreitamente ligados à área de estudo. A área dispõe de pesquisas concluídas ou em desenvolvimento sobre ensino e sobre aquisição que articulam diferentes contribuições da Linguística e da Educação. Para citar exemplos, no âmbito da profissão docente, por exemplo, a área já desenvolve pesquisas sobre temas como: o professor e sua relação com as propostas teóricas da Linguística e da Literatura veiculadas nos materiais didáticos; o professor e sua relação com as propostas curriculares para o ensino de língua e de literatura; o professor e sua relação com o livro didático de língua materna e de língua estrangeira; o professor de língua/literatura como pesquisador; o professor de Língua Portuguesa como leitor e produtor de texto.

Além disso, a articulação entre teoria e prática já referida se efetiva concretamente através desses conhecimentos específicos da área de estudos. Sem isso, os saberes permanecerão estanques e pouco relacionados com o exercício específico da docência nas disciplinas.

2. PERFIL DO EGRESSO

Considerando as habilidades e competências a serem desenvolvidas durante a formação do professor de Língua e suas literaturas, em conformidade com as contingências sociais e acadêmico-científicas da área e com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Letras, espera-se desse profissional o seguinte perfil:

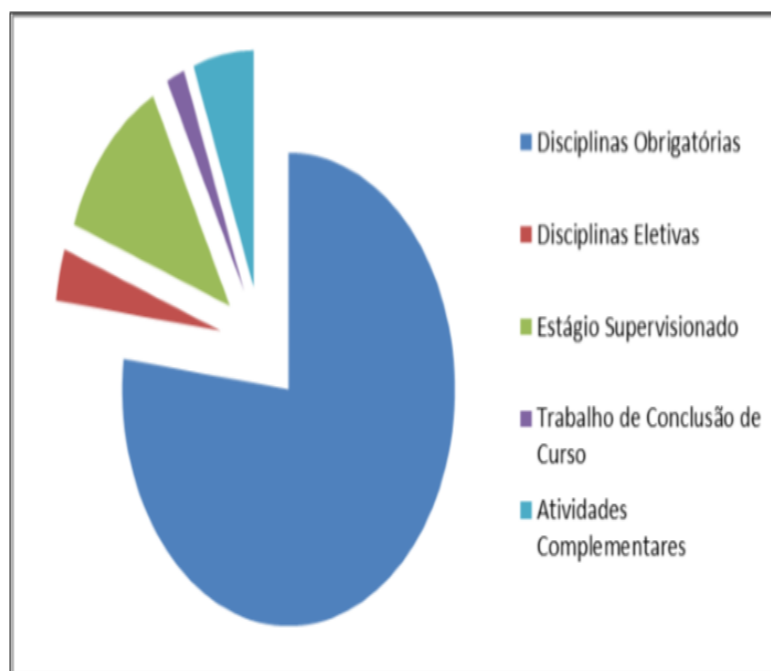
- formação humanística, teórica e prática;
- capacidade de operar, sem preconceitos, com a pluralidade de expressão linguística, literária e cultural;
- atitude investigativa indispensável ao processo contínuo de construção do conhecimento na área;
- postura ética, autonomia intelectual, responsabilidade social, espírito crítico e consciência do seu papel de formador;
- conhecimento dos diferentes usos da língua e sua gramáticas;
- conhecimento ativo e crítico de um repertório representativo de literatura, da língua em estudo;
- capacidade de analisar, descrever e explicar, diacrônica e sincronicamente, a estrutura e o funcionamento da língua em estudo;
- capacidade de analisar discursos de pontos de vista teóricos fundamentados em teorias presentes em sua formação;
- capacidade de analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam a investigação sobre língua e literatura;
- capacidade de formar leitores e produtores proficientes de textos de diferentes gêneros e para diferentes propósitos;
- capacidade de atuar em equipe interdisciplinar e multiprofissional;
- posicionamento crítico acerca de novas tecnologias e conceitos científicos;
- conhecimento dos métodos e técnicas pedagógicas que possibilitem a adequação dos conteúdos para os diferentes níveis de ensino (transposição didática);
- conhecimento de processos de investigação que permitam o aprimoramento do planejamento e da prática pedagógica.

2.1 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

O curso de Letras deverá ser integralizado no período de 4 anos, ao longo dos quais será cumprida uma carga horária total de 3.400h. O tempo máximo para a conclusão do curso será de 6 anos (12 semestres).

As disciplinas obrigatórias correspondem a aproximadamente 78% do curso, e os demais componentes curriculares têm a sua carga horária distribuída conforme a seguinte representação:

COMPONENTES CURRICULARES	HORAS RELÓGIO	HORAS AULA ⁴	PORCENTAGEM APRXIMADA
Disciplinas Obrigatórias	2283	2740	77,57
Disciplinas Eletivas	100	120	3,39
Estágio Supervisionado	400	480	13,59
Trabalho de Conclusão de Curso	60	72	2,03
Atividades Complementares	200	240	6,79
INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	2943	3532	100%



3. HABILIDADES – COMPETÊNCIAS - ATITUDES

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) dos diferentes níveis de ensino e uma série de outros documentos oficiais referentes à educação no Brasil, em consonância com uma tendência mundial, têm colocado a necessidade de centrar o ensino e aprendizagem no desenvolvimento de competências e habilidades por parte do aluno, em lugar de centrá-lo no conteúdo conceitual.

Segundo Perrenoud⁵ (1999), não existe uma noção clara e partilhada das competências. Pode-se entender competência como a capacidade de mobilizar conhecimentos a fim de se enfrentar uma determinada situação. Merece destaque o termo **mobilizar**, pois a competência não é o uso estático de regras aprendidas, mas uma capacidade de lançar mão dos mais variados recursos, de forma criativa e inovadora, no momento e do modo necessário. A competência abarca, portanto, um conjunto de coisas. Perrenoud fala de esquemas, em um sentido muito próprio. Seguindo a concepção piagetiana, o esquema é uma estrutura invariante de uma operação ou de uma ação. Não está, entretanto, condenado a uma repetição idêntica, mas pode sofrer acomodações, dependendo da situação. A competência implica uma mobilização dos conhecimentos e esquemas que se possui para desenvolver respostas inéditas, criativas, eficazes para problemas novos. Diz Perrenoud que “uma competência orquestra um conjunto de esquemas envolve diversos esquemas de percepção, pensamento, avaliação e ação”.

O conceito de habilidade também varia de autor para autor. Em geral, as habilidades são consideradas como algo menos amplo do que as competências. Assim, a competência estaria constituída por várias habilidades. Entretanto, uma habilidade não "pertence" a determinada competência, uma vez que uma mesma habilidade pode contribuir para competências diferentes.

A direção do foco do processo de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento de habilidades e competências implica em ressaltar que essas habilidades e competências precisam ser vistas, em si, como objetivos de ensino. Em outras palavras, é preciso que se ensine a comparar, classificar, analisar, discutir, descrever, opinar, julgar, fazer generalizações, analogias, diagnósticos,

5

PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999

entre outras coisas, independentemente do objeto comparado ou classificado, por exemplo. Caso contrário, o foco tenderá a permanecer no conteúdo e as competências e habilidades serão vistas de modo minimalista.

Isso significa que, no tocante à formação do profissional que deve lidar com o ensino de língua, o domínio de conhecimentos teóricos sobre o funcionamento e uso da língua e literatura não é suficiente. Esse processo meramente informativo que dá ênfase na reprodução do já sabido, memorização temporária de conhecimentos, sem maior significado, uma vez que não se dá relevo à compreensão, não deve caracterizar o processo formativo do professor de língua e literatura.

O formando deve aprender a compreender os fenômenos e não a memorizar elementos cujo alcance e significado desconhece dentro do domínio do conhecimento linguístico. Não se está negando a importância das informações, mas se está mostrando que sua aquisição deve estar direcionada para a compreensão.

A renovação tecnológica acelerada e a velocidade de produção e circulação de informações levam a pensar que, no momento, a educação deve produzir no aluno uma capacidade de continuar aprendendo. Não se trata mais de acumular informações, porque elas estão disponíveis a quase qualquer um, mas de desenvolver-se individualmente, atingindo a maturidade necessária para operar com a abundância de conteúdos de forma crítica e responsável.

O Curso de Letras da UFAL está sendo pensado, portanto, na perspectiva de que a graduação deve ser prioritariamente formativa e não simplesmente informativa. Isso significa que não é um curso que vise, exclusiva e prioritariamente, ao aprendizado da norma culta da língua, em sua modalidade escrita, por exemplo. Mas um curso que possibilite o desenvolvimento da capacidade de refletir sobre os fatos linguísticos e literários, através da análise, da descrição, da interpretação e da explicação, à luz de uma fundamentação teórica pertinente, tendo em vista, além da formação de usuário da língua e de leitor de mundo, a formação de profissionais aptos a ensinar essas habilidades.

É importante destacar que não se está entendendo aqui competência como um conceito fechado e dado a priori. Mas de uma competência contingenciada por demandas gerais da sociedade brasileira e específicas da Universidade e do próprio curso. Na atual contingência, essa macro-competência está em conformidade com o marco referencial do projeto, e envolve as seguintes habilidades:

a) Gerais

- raciocínio lógico, análise e síntese;
- leitura e escrita, numa perspectiva da produção de sentido e compreensão de mundo;
- leitura e escrita proficientes de diferentes gêneros textuais, em Língua Portuguesa;
- utilização de metodologias de investigação científica;
- assimilação, articulação e sistematização de conhecimentos teóricos e metodológicos para a prática do ensino; utilização de recursos de informática necessários ao exercício da profissão.

b) Específicas

- descrição e explicação de características fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas de variedades da língua em estudo;
- compreensão, à luz de diferentes referenciais teóricos, de fatos linguísticos e literários, tendo em vista a condução de investigações sobre a linguagem e sobre os problemas relacionados ao ensino-aprendizagem de língua;
- estabelecimento e discussão de relações entre textos literários e o com os contextos em que se inserem , e outros tipos de discursos;
- relação do texto literário com problemas e concepções dominantes na cultura do período em que foi escrito e com os problemas e concepções do presente;
- compreensão e aplicação de diferentes teorias e métodos de ensino que permitem a transposição didática do trabalho com a língua e suas literaturas, para a educação básica.
- domínio dos conteúdos básicos que são objetos de ensino- aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio.

4. CONTEÚDOS / MATRIZ CURRICULAR

Os cursos de graduação oferecidos no interior, no âmbito do projeto de expansão da UFAL, constituem experiência inovadora, apresentando características distintas daquelas dos cursos do Campus Central/Maceió. Respondem à necessidade de adoção de um projeto acadêmico-administrativo inovador, racional, flexível e econômico em recursos humanos e materiais, conforme exigem os novos tempos. Mas sem sacrificar a qualidade nem deixar de ser apropriado às novas condições de operação da instituição em sintonia com as fronteiras e as novas dinâmicas do conhecimento, a consideração da pluralidade dos saberes e da interdisciplinaridade, objetivando a formação competente e cidadã dos seus alunos.

Assim, a UFAL ousou definir novos padrões e procedimentos institucionais, nova estrutura e novos projetos pedagógicos, como resposta aos novos desafios da contemporaneidade e suas exigências quanto ao:

- **conhecimento geral**, comum a todos os cursos, com abordagem da complexidade e da totalidade;
- **conhecimento compartilhado**, intermediário, comum aos vários cursos de cada eixo de formação;
- **conhecimento específico de cada profissão**, em constante dinamismo e inovação, alinhado à ciência universal, mas considerando as particularidades locais.

OS EIXOS TEMÁTICOS DE FORMAÇÃO

Os cursos de graduação implantados nos *Campi* e Polos do interior de Alagoas são agrupados em **Eixos Temáticos**, observando-se como exemplo, entre outros:

- 1- Eixo das Agrárias;
- 2- Eixo da Educação;
- 3- Eixo de Gestão;
- 4- Eixo das Humanidades;
- 5- Eixo da Saúde;
- 6- Eixo da Tecnologia.

Os Eixos Temáticos agrupam classes de cursos que guardam identidades, atividades e formações disciplinares comuns. A definição dos cursos que os

compõem é flexível e progressiva, consideradas as demandas locais e o acesso aos recursos federais de expansão e de manutenção da instituição.

OS TRONCOS DE CONHECIMENTO

A nova estrutura e o novo conteúdo curricular - contemplando a oferta semestral de disciplinas - são organizados mediante Troncos de conhecimento que definem estratos de formação progressiva, iniciando-se com a formação geral e comum a todos os cursos, a formação comum a cada Eixo e a formação específica e profissional final, como apresentado a seguir:

- **Tronco Inicial**, de conteúdo geral, comum a todos os cursos;
- **Tronco Intermediário**, de conteúdo comum aos cursos de cada Eixo Temático (na licenciatura em Letras, o **Eixo da Educação**);
- **Tronco Profissionalizante**, conteúdo específico da formação graduada final (Letras/Português).

O TRONCO INICIAL

O Tronco Inicial é parte integrante, obrigatória e comum do projeto pedagógico de todos os cursos de graduação interiorizados pertencentes a cada Eixo Temático. É composto de três disciplinas de formação geral e de um seminário integrador. O conteúdo deste Tronco compreende atividades desenvolvidas em 20 horas semanais, durante um semestre letivo(20 semanas). Ao final, são ofertadas 400 horas/semestre.

O TRONCO INTERMEDIÁRIO

O Tronco Intermediário é parte integrante, obrigatória e comum do projeto pedagógico de todos os cursos de graduação pertencentes a cada um dos Eixos Temáticos acima referidos.

No caso específico do curso de Letras, enquanto licenciatura, o segundo semestre é composto por disciplinas voltadas ao universo escolar, no que toca à formação docente, à gestão escolar, à organização política da escola e ao desenvolvimento humano, a partir das dimensões socioculturais, biológicas e psicológicas.

O Eixo Educação desenvolve, ao longo de um semestre letivo (20 semanas), em atividades de 20 horas semanais, obtendo-se ao final, 400 horas semestrais.

O TRONCO PROFISSIONALIZANTE

O Tronco Profissionalizante compreende conteúdos objetivos, diretos, específicos e profissionalizantes, ofertados através de disciplinas que observam as características peculiares dos projetos pedagógicos e traduzem as formações graduadas finais de cada curso, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e, dentro dos Eixos Temáticos, já referidos. Tem duração variável, em função de cada formação profissional específica, evitando, no entanto, os conteúdos supérfluos e dispersivos.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS TRONCOS DE CONHECIMENTO

- **Flexibilidade curricular:** possibilita mobilidade docente (atuação) e discente (aquisição de conhecimentos do Tronco inicial e conhecimentos complementares - disciplinas dos variados Troncos -, entre os Pólos e Campi do interior)
- **Tronco Profissionalizante:** práticas, estágios e TFGs, preferencialmente com intervenção na realidade local; competência aferida mediante monografia com banca docente e defesa pública;
- **Pesquisa e extensão:** consideradas princípios pedagógicos, devem estar obrigatoriamente presentes nas atividades curriculares dos troncos Intermediário e Profissionalizante;
- **Modalidade à distância:** os projetos pedagógicos dos cursos poderão conter até 20% de carga horária ministrada na modalidade à distância, segundo permite a legislação em vigor; ingresso: candidatos aos cursos interiorizados da UFAL deverão submeter-se a processo seletivo comum (e único) aos demais cursos da UFAL, classificatório e aferindo conhecimentos referentes ao conteúdo exigido no Ensino Médio;
- **Reopção:** sem restrição após conclusão do Troco Inicial, mediante disponibilidade de vagas nos cursos do Tronco Intermediário; mediante seleção, exigências específicas de cada curso e disponibilidade de vagas, no Tronco.

Novos procedimentos de gestão administrativa e acadêmica:

- adequação ao novo modelo pedagógico;
- informatização de rotinas, permitindo rapidez no acesso às informações de discentes, docentes, técnicos e gestores;

- redução do tempo burocrático;
- restrição ao uso de papéis e ao deslocamento desnecessário de pessoal.

PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR

O Projeto Pedagógico do Curso de Letras-Licenciatura desenvolve as atividades referentes à prática pedagógica obedecendo ao que determina a Resolução do CEPE/UFAL nº 32, de 14 de fevereiro de 2005, que estabelece em seu Parágrafo 3º:

da carga horária de 400 (quatrocentas) horas destinadas à prática pedagógica, 280 (duzentos e oitenta) horas deverão ser contempladas em projetos integradores e 120 (cento e vinte) distribuídas em diferentes disciplinas, como definido no Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

Assim, o PPC do Curso DE Licenciatura em Letras oferece, a partir do segundo semestre até o oitavo, as disciplinas **Projetos Integradores**, com carga horária de 40 horas/semestre, contendo a seguinte ementa: “Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade do Curso”.

No referido Curso, as demais horas de práticas pedagógicas estão distribuídas entre as disciplinas de conhecimento pedagógico, quais sejam: **Profissão Docente; Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar; Planejamento, Currículo e Avaliação e Pesquisa Educacional**, totalizando 120horas/aula, de modo a proporcionar aos alunos oportunidades de vivenciar os conhecimentos teóricos da ciência da Educação.

A observação da matriz curricular permite comprovar a presença da prática pedagógica ao longo dos semestres letivos, executando a relação teoria/prática ao longo do curso, iniciando-se já nos primeiros semestres letivos, conforme Parecer 09. Levam, também, o aluno a se aproximar do campo de trabalho antecipando-se ao estágio supervisionado, quando ele já atua como futuro profissional, permitindo o contato com a realidade escolar.

ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

O Estágio Curricular Obrigatório no Curso de Letras da UFAL/Campus do Sertão envolve quatro disciplinas, dispostas em semestres consecutivos – do 5º ao 8º semestres, totalizando 400 horas de Prática Pedagógica.

Quanto ao Estágio Supervisionado, o Colegiado do Curso de Letras da UFAL/Campus do Sertão aprovou a Resolução nº 02/2013, cuja redação segue na íntegra no item nº 7 deste PPC.

ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)

As Atividades Acadêmico-científico-culturais (AACC) foram instituídas pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC – e estão contempladas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9394/96), em Resoluções e Pareceres emitidos pelo CNE.

O aluno de Letras, além das atividades e aulas obrigatórias previstas para sua formação, pode ainda participar de programas de pesquisa e extensão, como outras atividades complementares à sua qualificação profissional. Essas atividades, conhecidas também como AACC, objetivam atender a outras exigências de um Curso que almeja formar profissionais de ensino. Delas fazem parte atividades científicas, culturais e acadêmicas que, articuladas ao processo formativo do professor, enriquece essa formação.

São previstas 200 horas de atividades (seminários, participação em eventos científicos, monitorias, iniciação à pesquisa, projetos de ensino, estudos afins, participação em movimento estudantil etc.), que podem ser oferecidas pelo próprio curso, por qualquer outro setor acadêmico da UFAL, ou ainda, por qualquer outra Instituição de Ensino Superior reconhecida.

A Resolução nº 03/2013, que legisla sobre as AACC no Curso de Letras da UFAL/Campus do Sertão, segue com redação integral no item nº 9 deste PPC.

A PESQUISA NO CURSO DE LETRAS-PORTUGUÊS

Dado o número de mestres e doutores em Letras e áreas afins, tanto no Tronco Profissionalizante quanto no Tronco Inicial e no Eixo da Educação, a implantação de uma Pós-Graduação *lato sensu* na área é uma das metas do curso para os próximos anos ou mesmo uma secção de um Mestardo Profissional (PROFLETRAS).

Desde já, os docentes têm efetivado o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão por meio de projetos aprovados em editais internos (BDI, PIBIP-Ação, PAINTER etc) e externos (PIBIC, PIBID).

GRUPOS DE PESQUISA VINCULADOS AO CURSO

- Grupo de Estudos em Linguística Aplicada do Sertão Alagoano (GELASAL)

Professores envolvidos: Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho.

- Grupo de Estudos Poéticos do Sertão (GEPs)

Professores envolvidos: Prof. Dr. Marcos Alexandre de Moraes Cunha, Prof. Dr. Marcio Ferreira da Silva.

- Núcleo de Estudos em Literatura Alagoana (NELA)

Professores envolvidos: Prof. Dr. Marcio Ferreira da Silva.

- Núcleo de Estudos e Pesquisas das Expressões Dramáticas (NEPED)

Professores envolvidos: Prof. Dr. Otávio Cabral, Profa. MSc. Ana Flávia de Andrade Ferraz.

- Grupo de Estudos Diálogos Discursivos (GEDD)

Professores envolvidos: Prof. Msc. Héder Cléber de Castro Rangel, Profa. Dra. Lídia Maria Marinho da Pureza Ramires.

5. ORDENAMENTO CURRICULAR

5.1 ORGANIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS POR SEMESTRE

Período	Código	Disciplina	Obrigatória	Carga Horária			
				Semanal	Teórica	Prática	Semestral
1		Sociedade Natureza e Desenvolvimento: Da Realidade Local a Realidade Global	Sim	6	120	0	120
		Produção do conhecimento: Ciência e não Ciência	Sim	6	120	0	120
		Lógica, Informática e Comunicação.	Sim	6	120	0	120
		Seminário Integrador	Sim	2	0	40	40
Carga horária total do período	20	360	40	400			
2		Profissão Docente	Sim	3	50	10	60
		Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho.	Sim	4	60	20	80
		Política e Organização da Educação Básica no Brasil	Sim	4	70	10	80
		Desenvolvimento e Aprendizagem	Sim	4	70	10	80
		Libras	Sim	3	40	20	60
		Projeto Integrador 1	Sim	2	20	20	40
Carga horária total do período	20	310	90	400			
3		Leitura e Produção de Textos em Língua Portuguesa 1	Sim	4	40	40	80
		Teoria da Literatura 1	Sim	4	80	0	80
		Teoria Linguística 1	Sim	4	80	0	80

		Filologia Românica	Sim	3	50	10	60
		Língua Latina	Sim	4	70	10	80
		Projeto Integrador 2	Sim	2	20	20	40
Carga horária total do período	21	340	80	420			
4		Leitura e Produção de Textos em Língua Portuguesa 2	Sim	4	40	40	80
		Teoria da Literatura 2	Sim	4	80	0	80
		Teoria Linguística 2	Sim	4	80	0	80
		História da Língua Portuguesa	Sim	3	60	0	60
		Planejamento, Currículo e Avaliação	Sim	4	50	30	80
		Projeto Integrador 3	Sim	2	20	20	40
Carga horária total do período	21	330	90	420			
5		Fonologia do Português	Sim	4	60	20	80
		Literatura de Língua Portuguesa 1	Sim	4	70	10	80
		Pesquisa Educacional	Sim	3	40	20	60
		Linguística Aplicada	Sim	4	60	20	80
		Estágio Supervisionado 1	Sim	4	20	60	80
		Projeto Integrador 4	Sim	2	20	20	40
Carga horária total do período	21	270	150	420			
6		Morfologia do Português	Sim	4	60	20	80
		Literatura de Língua Portuguesa 2	Sim	4	70	10	80
		Metodologia do Ensino de Língua	Sim	3	40	20	60

5.1 RESUMO DAS DISCIPLINAS PROFISSIONALIZANTES

N.	Disciplina	Ch Semanal	Ch Total
1	Leitura e Produção de Textos em Língua Portuguesa1	4	80
2	Leitura e Produção de Textos em Língua Portuguesa2	4	80
3	Filologia Românica	3	60
4	Língua Latina	4	80
5	Teoria Linguística 1	4	80
6	Teoria Linguística 2	4	80
7	Teoria da Literatura 1	4	80
8	Teoria da Literatura 2	4	80
9	Linguística Aplicada	4	80
10	História da Língua Portuguesa	3	60
11	Fonologia do Português	4	80
12	Morfologia do Português	4	80
13	Sintaxe do Português	4	80
14	Semântica do Português	3	60
15	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	3	60
16	Literatura de Língua Portuguesa 1	4	80
17	Literatura de Língua Portuguesa 2	4	80
18	Literatura de Língua Portuguesa 3	4	80
19	Literatura de Língua Portuguesa 4	4	80

5.2 DISCIPLINAS ELETIVAS

N.	Disciplina	Ch Semanal	Ch Total
1	Análise do Discurso	3	60
2	Tópicos Especiais em Análise do Discurso	3	60
3	Aquisição de Linguagem	3	60
4	Metodologia da pesquisa	3	60
5	Linguística Textual	3	60
6	Introdução aos Estudos Clássicos	3	60
7	Introdução às Línguas Estrangeiras 1 (espanhol, francês e inglês)	3	60
8	Introdução às línguas estrangeiras 2 (espanhol, francês e inglês)	3	60
9	Literatura e Retórica	3	60
10	Literatura e Ensino	3	60
11	Literatura Alagoana	3	60
12	Introdução às Línguas Indígenas	3	60
13	Literatura Dramática 1	3	60
14	Literatura Dramática 2	3	60
15	Literatura Infanto-Juvenil	3	60
16	Literatura Africana de Língua Portuguesa	3	60
17	Mitologia Greco-Romana	3	60
18	Gramáticas e Ensino de Línguas	3	60
19	Introdução à Descrição e Análise Linguística	3	60
20	Sociolinguística	3	60
21	Oralidade	3	60
22	Linguística Queer	3	60
23	Literatura Brasileira e Cinema	3	60

6. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS DAS DISCIPLINAS POR SEMESTRE

PRIMEIRO SEMESTRE – TRONCO INICIAL

Disciplina: SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO: RELAÇÕES LOCAIS E GLOBAIS

Ementa: Reflexão crítica sobre a realidade, tendo como base o conhecimento de mundo a partir de um contexto local e sua inserção, através de abordagem interdisciplinar sobre sociedade, seu funcionamento, reprodução, manifestações diversas e suas relações com a cultura.

Bibliografia Básica

- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**; por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro, 1990.
- SORJ, B. **A Nova Sociedade Brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

Bibliografia Complementar

- CARVALHO, J. J. **Inclusão Étnica e Racial no Brasil**. São Paulo: Attar Editora, 2006.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Annablume/Hucitec, USP, 2002.
- GONÇALVES, C. W. **Paixão da Terra**: ensaios críticos de ecologia e geografia. Rio de Janeiro: Pesquisadores associados em Ciências Sociais, 1984.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI - desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

Disciplina: PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: CIÊNCIA E NÃO-CIÊNCIA

Ementa: Instrução e discussão sobre ciência e seus instrumentos, procedimentos e métodos científicos, mas também sobre expressões de conhecimento tradicionais, populares e locais, para o reconhecimento de um diálogo de saberes e a internalização de novos paradigmas.

Bibliografia Básica

- CHALMERS, A. F. **O que é ciência, afinal?** Trad. de Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993. 225p.

HUME, David. **Investigação sobre o entendimento humano**. São Paulo: Escala Educacional, 2006. 151 p.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. de Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny S. da Mota. São Paulo: Cultrix, s/d.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. São Paulo: Paulus, 2003. 3 volumes.

Bibliografia Complementar

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores)

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores)

FEYERABEND, Paul. **Contra o Método**. Trad. de Miguel S. Pereira. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1993.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Trad. de Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1967.

Disciplina: LÓGICA, INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO
--

Ementa: Oferta de instrumentais básicos requeridos para cursar a graduação universitária, fundamentalmente: usos da linguagem, indução e dedução; novas tecnologias de comunicação, usos do computador e da internet; expressão escrita, análise, interpretação, crítica textual.

Bibliografia Básica

CAMPELO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jannete. **Fontes de Informação para Professores e Profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

COPI, Irving M. **Introdução à Lógica**. 3 ed. Mestre Jou Editora, 1981.

JOHNSON, Steven. **Cultura da interface**. Como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de Informação**. 4. Ed. LTC Editora, 1999

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1997.

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita**. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Bibliografia Complementar

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**. Por uma antropologia do ciberespaço. Tradução: Luis Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1998.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Ed. 34, 1993.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

NORTON, P. Introdução à Informática. Makron Books. 1997.

PELLANDA, Nize Maria Campos; SCHLUNZEN, Elisa Tomoe Moriya; SCHLUNZEN, Junior Klaus (Orgs). **Inclusão digital**. Tecendo Redes Afetivas/Cognitivas. DP&A Editora, 2005.

Disciplina: SEMINÁRIO INTEGRADOR

Ementa: Discussão local, interdisciplinar, de integração das atividades e de avaliação dos progressos discentes do tronco inicial. Conteúdo temático definido pelo colegiado dos cursos dos eixos envolvidos.

Bibliografia Básica

ABLAS, L. **Intercâmbio desigual e subdesenvolvimento regional no Brasil**. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1985.

BASTOS FILHO, J. *et al.* **Cultura e desenvolvimento**. Maceió: Prodema/UFAL, 1999.

FRANCIS, D. G.; GONÇALVES, R. & PESSOA, V. L. S.. **Comunicação profissional**: o ensino, a extensão e a pesquisa como práticas de construção do conhecimento. Uberlândia/MG: Uniminias, 2004.

LEITE, L. H. A. 1996. **Pedagogia de projetos**: intervenção no presente. *Presença Pedagógica*, v. 2, n. 8. Mar/Abril/96.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI** – desenvolvimento e meio ambiente.

SILVA, A; PINHEIRO, M; FREITAS, E. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos**: projetos de pesquisa, monografias, dissertações e teses. 4. ed. Revisada. Uberlândia-MG: Uberlândia, 2004. 158 p.

Tendências da Educação Superior para o Século XXI. Anais da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior. Paris, 5-9 de outubro de 1998, UNESCO/CRUB, Brasília, 1999.

SEGUNDO SEMESTRE – TRONCO INTERMEDIÁRIO/EIXO DA EDUCAÇÃO

Disciplina: PROJETO PEDAGÓGICO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO ESCOLAR

Ementa: O estudo da escola como organização social e educativa: concepções, características e elementos constitutivos do sistema de organização e gestão do trabalho escolar, segundo os pressupostos legais vigentes, na perspectiva do planejamento e gestão participativa.

Bibliografia Básica

- PETEROSKI, H. **Trabalho coletivo na escola**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2005
- VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Orgs.) **As dimensões do projeto político-pedagógico**. São Paulo: Papyrus, 2001.
- VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. (Orgs.) **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2003
- VIEIRA, S. L. (Org.) **Gestão da escola**: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

Bibliografia Complementar

- FURLAN, M.; HARGREAVES, A. **A escola como organização aprendente**: buscando uma educação de qualidade. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5.ed. Goiânia: Alternativa, 2004.
- LIMA, L. C. **A escola como organização educativa**: uma abordagem sociológica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Disciplina: PROFISSÃO DOCENTE

Ementa: Estudo da natureza do trabalho docente, aprofundando a autonomia do professor, sua relação com as questões de gênero, sua relação com o Estado quanto aos aspectos político-sociais de profissionalização e proletarização, bem como a sua formação político-legislativa, tomando a escola como lócus da docência.

Bibliografia Básica

- ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre**: imagens e auto-imagens. Petrópolis, [RJ]: Vozes, 2000.
- CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- ESTEVE, José Manuel. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru/SP: Edusc, 1999.
- ESTRELA, Maria Teresa (Org.) **Viver e construir a profissão docente**. Porto, Portugal: Porto, 1997.
- NÓVOA, António (Org.) **Vidas de professores**. 2. ed. Porto: Porto, 1995
- TARDIF, Maurice & LESSARD, Claude. **O Trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

Disciplina: POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Ementa: Estudo da educação brasileira no contexto das transformações histórico-sociais contemporâneas, analisando as reformas políticas (estrutural e organizacional) a partir da LDB e da legislação complementar vigentes.

Bibliografia Básica

- AZEVEDO LINS, M. J. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo, SP: Cortez, 2001.
- FAVERO, Osmar. **A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- LIBÂNEO, José C. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 4. ed. Cortez, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- NEVES, Lucia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

Bibliografia Complementar

- DAVIES, Nicholas. **Fundeb: a redenção da educação básica?**. São Paulo: Autores Associados, 2008.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 15. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.
- SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2003.
- SAVIANI, D. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. São Paulo: Autores Associados, 2008.
- SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. São Paulo: Autores Associados, 2008.
- STEPHANOU, Maria; Bastos; Maria Helena Bastos. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Volume III: o século XX, 2005.

Disciplina: DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

Ementa: Estudo dos processos psicológicos do desenvolvimento humano na infância, na adolescência e na fase adulta, segundo as teorias da Psicologia do desenvolvimento e da Educação em articulação com as concepções de aprendizagem.

Bibliografia Básica

- BARONE, L.M.C.; MARTINS, L.C.B.; CASTANHO, M.I.S. (orgs.). **Psicopedagogia: teorias da aprendizagem**. Casa do Psicólogo, São Paulo, 2011.
- FERREIRA, M. G. **Psicologia educacional: análise crítica**. São Paulo, 1987.

GOULART, Iris Barbosa. **Piaget: experiências básicas para utilização pelo professor**. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOULART, Iris Barbosa. **Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ROGERS, Carl. **Tornar-se Pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ROSSETTI-FERREIRA, M. Clotilde; AMORIM, Kátia S., SELVA, Ana Paula; CARVALHO, Ana Maria A. (Orgs). **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

SALVADOR, C.C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. Vol.2, Ed. Artmed, 2004.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. Martins Fontes, 2007.

Bibliografia Complementar

BEE, Helen L. **A criança em desenvolvimento**. 12. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011.

CAMPOS, Dinnah Martins de Souza. **Psicologia da Aprendizagem**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

COSTA JÚNIOR, Áderson; Luiz DESSEN, Maria Auxiliadora. **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ERIKSON, E. H. **Infância e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

GALLANTIN, J. **Adolescência e individualidade** - São Paulo: Harbra, 1978.

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

LIBÂNEO, J. C. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PIMENTEL, Adelma e ARAÚJO, Lucivaldo da Silva. **Concepção da criança na pós-modernidade**. Revista Psicologia Ciência e Profissão, 2007.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Disciplina: LIBRAS

Ementa: Estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), da sua estrutura gramatical, de expressões manuais, gestuais e do seu papel para a comunidade surda.

Bibliografia Básica

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Valkíria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina. **Novo Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais**. Volumes I e II. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA BRITO, L. **Por uma gramática das línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GOES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais**. Brasília: SEESP/MEC, 2004.

SACKS, O. **Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

STRNADOVÁ, Vera. **Como é ser surdo**. Petrópolis: Arara Azul, 2000.

Disciplina: PROJETO INTEGRADOR 1

Ementa: Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo, estruturado a partir de atividades interdisciplinares; como componente do Eixo Articulador, terá como objetivo principal a reflexão sobre os elementos da prática pedagógica no contexto da divisão social e técnica do trabalho escolar, com base nos saberes envolvidos na formação do/a pedagogo/a, por meio da observação e investigação da realidade educativa, em especial da Prática Pedagógica.

Bibliografia Básica

FAZENDA, I. **Dicionário em construção: Interdisciplinaridade**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FAZENDA, I. **Didática e interdisciplinaridade**. 8. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003

FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1999.

FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade: qual é o sentido?** São Paulo: Paulus, 2003.

FLORES, Terezinha M.V. Ensaio sobre as relações interdisciplinares: assumindo as imprevisibilidades e imprevisibilidades. In: SILVA, Dinora Fraga da; SOUZA, Nádia G.S. de.(org.) **Interdisciplinaridade na sala de aula: uma experiência pedagógica nas 3ª e 4ª séries do primeiro grau**. Porto Alegre : Ed. da Universidade/UFRGS, 1995.

TERCEIRO SEMESTRE – TRONCO PROFISSIONALIZANTE

Disciplina: LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO EM LÍNGUA PORTUGUESA 1

Ementa: Prática de leitura e de produção de diversos gêneros, em português, fundamentadas no conceito de linguagem como atividade interlocutiva e no texto como unidade básica significativa na língua.

Bibliografia Básica

FAVERO, Leonor. **Coesão e coerência textuais**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2009.

KOCH, I. G. **A Coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.) **Gêneros textuais e ensino**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

KOCH, I.G. **A coesão textual**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Bibliografia Complementar

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

KOCH, I. G. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, I.G. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2012

Disciplina: TEORIA DA LITERATURA 1

Ementa: Reflexão sobre fundamentos da teoria da literatura, natureza e função de seu objeto e conceituação dos gêneros literários, desde a Antiguidade aos estudos contemporâneos, com base na análise de textos teórico-críticos.

Bibliografia Básica

CANDIDO, Antonio et al. **A personagem de ficção**. 11.ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CULLER, Jonathan. **Teoria literária: uma introdução**. São Paulo: BECA, 1999.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **O foco narrativo**. São Paulo: Ática, 1985.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária**. 3 volumes. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

SOARES, Angélica. **Gêneros literários**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2007.

Bibliografia Complementar

BRAIT, Beth. **A personagem**. São Paulo: Ática, 1985.

GANCHO, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.

DIMAS, Antonio. **Espaço e romance**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

GOLDSTEIN, Norma. **Versos, sons e ritmos**. São Paulo: Ática, 1985.

MESQUITA, Samira Nahid de. **O enredo**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

Disciplina: TEORIA LINGÜÍSTICA 1

Ementa: Panorama geral dos fenômenos da linguagem e suas abordagens, dos estudos tradicionais à teoria linguística. Pressupostos teórico-metodológicos das correntes teóricas da Linguística moderna.

Bibliografia Básica

- BORBA, Francisco da Silva. **Introdução aos estudos linguísticos**. 16. ed. Campinas: Pontes, 2008.
- CARVALHO, Castelar. **Para compreender Saussure**: fundamentos e visão crítica. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- MARTIN, R. **Para entender a linguística**: epistemologia elementar de uma disciplina. Trad. Marcos Bagno, São Paulo: Parábola, 2003
- NORMAND, Claudine. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

Bibliografia Complementar

- CAMARA Jr., J. Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CARBONI, Florence. **Introdução à linguística**. São Paulo: Autêntica, 2008.
- CARNEIRO, M. T. (Org.). **Pistas e travessias**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.
- DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1998.
- MAHMOODIAN, Morteza. **A linguística hoje**. São Paulo: Edições 70, 1983.

Disciplina: LÍNGUA LATINA

Ementa: Estudo das estruturas básicas do latim e seu funcionamento como fundamento das línguas românicas, máxime o português.

Bibliografia Básica

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática latina**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BERGE, D. et ali. **ARS latina**: curso prático da língua latina. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CARDOSO, Z. A. **Iniciação ao latim**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2009.
- GARCIA, J. M. **Introdução à teoria e prática do latim**. 3. ed. Brasília, DF: UNB, 2008
- REZENDE, A. M. **Latina essentia**: preparação ao latim. 4.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009

Bibliografia Complementar

- ALMEIDA, Marcos. **Latim para todos**. Aracaju: J. Andrade, 2007.
- BUSSARELLO, Raulino. **Dicionário Básico Latino-Português**. Florianópolis: EDUFSC, 1998.
- COMBA, Pe. Júlio. **Programa de Latim**. 1º volume: Introdução à Língua Latina. 19. ed. São Paulo: Salesiana; Dom Bosco, 2003.
- FURLAN, Oswaldo Antônio. **Latim para o português**: gramática, língua e literatura. Florianópolis: EdUFSC, 2006.
- RONAI, Paulo. **Gradus Primus**. São Paulo: Cultrix, 1985 (reimpressão 2011).

Disciplina: FILOLOGIA ROMÂNICA

Ementa: Visão evolutiva do latim vulgar para as modernas línguas românicas. Estudo histórico-comparativo de alguns aspectos das principais línguas românicas, tendo em vista a compreensão dos mecanismos de funcionamento linguístico.

Bibliografia Básica

BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de filologia românica**. São Paulo: EDUSP, 2001.

ELIA, Silvio; ELIA, Silvio. **Preparação a linguística românica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. 2. ed. São Paulo: Ática, Parábola, 2005.

ILARI, Rodolfo. **Linguística românica**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2008.

VASCONCELLOS, Carolina Michaelis de. **Lições de filologia portuguesa**. Lisboa: Dinalivro, 1956.

WILLIAMS, Edwin B. **Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

Bibliografia Complementar

BUENO, Francisco Silveira. **Estudos de Filologia Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1967.

IORDAN, I. **Introdução à Linguística Românica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.

LAUSBERG, H. **Linguística Românica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

MELO, Gladston Chaves de. **Iniciação à Filologia Portuguesa**. Rio de Janeiro, Acadêmica, 3 ed., 1967.

SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa**. Rio de Janeiro, Grifo, 1976.

TARALLO, Fernando. **Tempos Linguísticos**. São Paulo: Ática, 1990.

VIDOS, B. E. **Manual de Linguística Românica**. Trad. do Prof. José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

WALTER, Henriette. **A aventura das línguas no Ocidente**. São Paulo: Mandarin, 1997.

Disciplina: PROJETO INTEGRADOR 2

Ementa: Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade de cada curso.

Bibliografia

Contempla todas as referências bibliográficas utilizadas pelas disciplinas do 3º período, além das específicas que o projeto necessitar.

QUARTO SEMESTRE

Disciplina: LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS EM LÍNGUA PORTUGUESA 2

Ementa: Prática de leitura e produção de textos do gênero acadêmico, em português, fundamentadas no conceito de linguagem como atividade interlocutiva e no texto como unidade básica significativa na língua.

Bibliografia Básica

GUIMARÃES, Elisa. **A articulação do texto**. São Paulo: Ática, 1995.

KOCH, Ingedore V. **A inter-ação pela linguagem**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ABREU-TARDELLI, Lília Santos. **Planejar gêneros acadêmicos**. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

PERROTA, Claudia. **Um texto para chamar de seu: preliminares sobre a produção do texto acadêmico**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2004.

ABREU-TARDELLI, Lília Santos. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola, 2005.

MOTTA-ROTH, Désirée. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

Bibliografia Complementar

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa**. 5. Ed. São Paulo: Global Editora, 2009.

CINTRA, Lindley; CUNHA, Celso. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Positivo Livros.

HENRIQUES, Claudio Cezar; SIMÕES, Darcília Marindir P. (Org.). **A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2003.

XAVIER, Antonio Carlos. **Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos**. Recife: Respel, 2010.

Disciplina: TEORIA DA LITERATURA 2

Ementa: Estudo das correntes críticas do século XX, tanto as de caráter imanente (Formalismo Russo, *New Criticism*) quanto as que relacionam a análise da literatura a fatores externos (crítica sociológica, psicológica), com base em leituras teórico-críticas e respectivos suportes literários.

Bibliografia Básica

LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da literatura em suas fontes**. 2 vols. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LIMA, Luiz Costa. **Mímesis e modernidade: formas das sombras**. 2. ed. atual. São Paulo: Paz e Terra/Graal, 2003.

MARTINS, Maria Helena (Org.). **Rumos da crítica**. São Paulo: SENAC/ITAÚ Cultural, 2000.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 2004.

PROENÇA FILHO, Domicio. **A linguagem literária**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2011.

Bibliografia Complementar

BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. 6. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

CHALHUB, Samira. **A metalinguagem**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1998.

TOLEDO, Dionísio de Oliveira (org.). **Teoria da literatura: formalistas russos**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1976.

WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WINSATT, William K.; BROKKS, Cleanth. **Crítica literária: breve história**. 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1980.

Disciplina: TEORIA LINGÜÍSTICA 2

Ementa: Estudo de tendências teóricas linguísticas contemporâneas pós-estruturalistas, que relacionam os aspectos linguísticos e os sociais, seja através da noção de variação (Sociolinguística Laboviana), da interação qualitativa (Sociolinguística Interacional), do enunciado como unidade de análise (Teorias da Enunciação e da Pragmática), do texto como unidade de análise (Linguística textual) e do discurso (as diferentes análises do discurso).

Bibliografia Básica

CALVET, L. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

FÁVERO, Leonor L. & KOCH, Ingedore, G. V.. **Linguística textual: introdução**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2. ed. rev. e ampl. São Carlos: Clara luz, 2008.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 2. ed. Contexto, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

Bibliografia Complementar

CASTILHO, Ataliba *et alii*. **Gramática do português falado**. Campinas: Editora da Unicamp.

CORACINI, M.J. *et alii* (orgs.). **Práticas Identitárias: Língua e Discurso**. São Carlos: Clara Cruz, 2006.

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.

BARROS, Diana L.P. & FIORIN, José L. **Dialogismo, polifonia e intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 1994.

LEROY, M. **As grandes correntes da linguística moderna**. São Paulo: Cultrix, 1971.

Ementa: Estudo dos princípios, fundamentos e procedimentos do planejamento, do currículo e da avaliação, segundo os paradigmas e normas legais vigentes norteando a construção do currículo e do processo avaliativo no Projeto Político Pedagógico da escola de Educação Básica.

Bibliografia Básica

BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB interpretada:** diversos olhares se entrecruzam. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho:** o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

LUCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar:** fundamentos teórico-metodológicos. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente.** 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

ROMÃO, José Estáquio. **Avaliação dialógica:** desafios e perspectivas. 6. ed. Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade:** o currículo integrado. Tradução Cláudia Shilling. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005.

Bibliografia Complementar

COSTA, Marisa Vorraber (org). **O currículo nos limiões do contemporâneo.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP& A, 1999.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 20 de dezembro de 1996.

GOVERNO DO BRASIL. **Diretrizes Curriculares para a Educação Básica.** Resoluções CNE/CEB nº 1 de 05.07.2000; nº 2 de 19.04.1998; nº 3/98 de 26.06.98; nº 1 de 05.07.2000; nº 2 de 19.04.1999; nº 3/99 de 03.04.2002.

HERNANDEZ, Fernando. Repensar a função da escola a partir dos projetos de trabalho. **PÁTIO Revista Pedagógica.** nº 6 ago/out, 1998.

LUCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar:** fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação Emancipatória.** São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1998.

ZABALA, Antoni. Conhecer o que se aprende, um instrumento de avaliação para cada tipo de conteúdo. **V Seminário Internacional de Educação do Recife.** Recife, 2001.

Disciplina: HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Ementa: Estudo da origem, da expansão e dos processos de mudança da Língua Portuguesa sob o ponto de vista diacrônico, considerando aspectos fonológicos, morfossintáticos e semânticos.

Bibliografia Básica

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon: FAPERJ, 2010.

NOLL, Volker. **O português brasileiro: formação e contrastes**. São Paulo: Globo, 2008.

NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf (Orgs.). **O Português e o Tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Rosa Maria Mattos e. **Português Arcaico**. São Paulo: Contexto, 2006.

WILLIAMS, Edwin B. **Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

Bibliografia Complementar

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CARDEIRA, Esperança. **O Essencial sobre a história do Português**. Lisboa: Caminha, 2006.

HOUAISS, Antônio. **A crise de nossa língua de cultura**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. (Biblioteca Tempo Universitário 73)

ILARI, R.; BASSO, R.. **O português da gente**. São Paulo: Contexto, 2006.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. São Paulo Ed. Nacional, 1933.

SAID ALI, Manuel. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SILVA, Serafim Neto. **História da Língua Portuguesa**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

Disciplina: PROJETO INTEGRADOR 3

Ementa: Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade de cada curso.

Bibliografia

Contempla todas as referências bibliográficas utilizadas pelas disciplinas do 4º período, além das específicas que o projeto necessitar.

QUINTO SEMESTRE

Disciplina: LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA 1

Ementa: Estudo do Renascimento português e suas ligações com o espírito moderno humanista também presente na chamada literatura de informação sobre a terra, no Brasil, assim como do Barroco, do Neoclassicismo e de manifestações pré-românticas, nas literaturas portuguesa e brasileira.

Bibliografia Básica

MOISES, Massaud. **A literatura portuguesa através dos textos**. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1979.

COUTINHO, Afrânio (org.). **A literatura no Brasil**. 6 vols. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da literatura portuguesa**. 2. ed. Porto: Porto Editora, s/d.

PÉCORA, Alcir. **Teatro do sacramento**. São Paulo: EDUSP, 1994.

SARAIVA, Antonio J. **O discurso engenhoso**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, João Lúcio de. **História de Antônio Vieira**, 2 tomos. São Paulo: Alameda, 2008.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

VIEIRA, Antonio. **Sermões**, tomos 1 e 2. Org. de Alcir Pécora. 3. reimp. São Paulo: Hedra, 2003.

VIEIRA, Antonio. **Cartas**, 3 volumes. São Paulo: Globo, 2008.

Disciplina: FONOLOGIA DO PORTUGUÊS

Ementa: Estudo do sistema fonológico do português: segmentos, supra-segmentos, processos e sílabas. Aspectos relevantes da descrição desse sistema para o ensino do português com língua materna.

Bibliografia Básica

BISOL, Leda. **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CAMARA JR, J. Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2008. _____. **Para o estudo da fonêmica portuguesa**. 26.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

NETTO, Waldemar F. **Introdução à fonologia da língua portuguesa**. São Paulo: Hedra, 2001.

SILVA, Thaís Cristófar. **Fonética e fonologia do português**. São Paulo: Contexto, 1999.

Bibliografia Complementar

CHOMSKY, Noam & HALLE, Morris. **Princípios de fonologia generativa**. Madrid: Editorial Fundamentos, 1979.

HORA, Dermeval; COLLISCHONN, Gisela (orgs.). **Teoria linguística: fonologia e outros temas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

SILVA, Myrian B. da. **Leitura, ortografia e fonologia**. São Paulo: Ática, 1993.

TODOROV, Tzevetan; FÓNAGY, Ivan; COHEN, Jean. **Linguagem e motivação: uma perspectiva semiológica**. Porto Alegre: Globo, 1977.

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO 1

Ementa: Desenvolvimento de atividades que levem o licenciando a conhecer a prática escolar do ensino e aprendizagem da língua Portuguesa através de atividades de pesquisa e/ou intervenção nos âmbitos da língua oral, da leitura, da produção textual e da análise linguística, inclusive considerando a incursão desse licenciando nas tecnologias de informação e comunicação no ensino escolarizado.

Bibliografia básica

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003.

DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. 5.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília, SEF/MEC, 1998.

BUNZEN, C.; MENDONÇA, Márcia. (orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor**. 3.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, M. A. (orgs.). **O livro didático de português: múltiplos olhares**. 3.ed. Rio de Janeiro, Lucerna, 2005.

Bibliografia complementar

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola: o que é e como se faz**. São Paulo, Loyola, 1998.

GERALDI, W. (org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. **Leitura, produção de textos e a escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1994.

TRAVAGLIA, L.C.. **Gramática: ensino plural**. 3.ed. São Paulo, Cortez, 2007.

VAL, M. da Graça Costa & MARCUSCHI, Bete (orgs.) **Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania**. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2005.

Disciplina: LINGUÍSTICA APLICADA

Ementa: Linguística Aplicada: da história e dos conceitos a uma “etnolinguística da fala viva” – abordagem epistemológica que focaliza problemas de usos da linguagem enfrentados por participantes do discurso em um dado contexto social. Língua e viradas pragmática e discursiva. Leitura em perspectiva transversal, pelo viés enunciativo-discursivo. Currículo de Língua Portuguesa e

representações/performance identitárias. Ideologia linguística. Tematização do ensino e da aprendizagem de Língua Portuguesa em relação à competência discursiva.

Bibliografia Básica

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento bakhtiniano**. São Paulo: Ática, 2006.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ROXANE, Rojo (Org.). **A prática de linguagem em sala de aula – praticando os PCNs**. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da.. **Documentos de identidade – uma introdução às teorias do currículo**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da Norma**. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

Bibliografia complementar

ANTUNES, Irlandé. **Aula de português**. São Paulo: Parábola, 2003.

BATISTA, Antônio A. Gomes e ROXANE, Rojo (Orgs.). **Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. *In*. Beth Brait (Org.). **Bakhtin – outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 09-31.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de Passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **O português no século XXI – cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

Disciplina: PESQUISA EDUCACIONAL

Ementa: Pressupostos e características da pesquisa em educação. A pesquisa quantitativa e qualitativa em educação. Diferentes abordagens metodológicas de pesquisa em educação. Fontes de produção da pesquisa educacional: bibliotecas, meios informatizados, leitura e produção de textos e artigos com diferentes abordagens teóricas. Etapas de um projeto de pesquisa educacional para o Trabalho de Conclusão de Curso. O profissional da educação frente aos desafios atuais no campo da pesquisa educacional.

Bibliografia básica

ANDRÉ, Marli E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 12.ed. Campinas: Papirus, 2005.

FAZENDA, Ivani (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FAZENDA, Ivani A. **Novos enfoques da pesquisa educacional**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GATTI, Bernardete. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano, 2007.

SANTOS-FILHO, José; GAMBOA, Silvio. (Orgs.) **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar

BICUDO, M. e SPOSITO, Vitória. **Pesquisa qualitativa em educação**. Piracicaba: UNIMEP, 1994.

FRANCO, Celso e KRAMER, Sonia. **Pesquisa e educação**. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.

GARCIA, Regina L. (Org.) **Método: pesquisa com o cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GERALDI, Corinta M.; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete (Orgs.) **Cartografia do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a)**. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

LINHARES, Célia; FAZENDA, Ivani; TRINDADE, Vitor. **Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional**. Campo Grande: EDUFMS, 1999.

MINAYO, Maria C. S. (Org.) **Pesquisa Social**. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

ZAGO, N; CARVALHO, M. P. VILELA, R. (Orgs.) **Itinerários de pesquisa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Disciplina: PROJETO INTEGRADOR 4

Ementa: Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade de cada curso.

Bibliografia

Contempla todas as referências bibliográficas utilizadas pelas disciplinas do 5º período, além das específicas que o projeto necessitar.

SEXTO SEMESTRE

Disciplina: MORFOLOGIA DO PORTUGUÊS

Ementa: Morfologia: diversos campos de ação e principais conceitos: concepções de língua-concepções morfológicas: gramatical, sistêmico-funcional, enunciativo-discursiva e cognitiva. Morfologia como morfofonêmica, morfossintaxe e

morfossemântica. Estudo morfológico: estrutura e formação de palavras. Morfologia e variação linguística. Análise mórfica como análise linguística (epilinguística e metalinguística) no ensino de língua portuguesa. Ensino de língua portuguesa e abordagens morfológicas.

Bibliografia Básica

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **A palavra e a sentença – estudo introdutório**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

ILARI, R (org.). **Gramática do Português falado**. Vol. II. 4.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

KOCK, Ingedore Villaça e SILVA, M; Cecília P. de Souza. **Linguística Aplicada ao Português: Morfologia**. 18 ed. SP: Cortez, 2011.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2006.

PERINI, Mario A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

ROCHA, Luiz Carlos A. **Estruturas morfológicas do português**. 2.ed. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008.

Bibliografia complementar

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BEZERRA, Maria Auxiliadora e REINALDO, Maria Augusta. **Análise linguística-afinal, a que se refere?** São Paulo: Cortez, 2013.

CARONE, Flávia de Barros. **Morfossintaxe**. São Paulo: Ática, 1986.

CENTURION, Rejane. O político na língua: um olhar discursivo sobre a sufixação. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2010.

KEHDI, V. **Morfemas do português**. São Paulo: Ática, 1992.

LARORA, M.N. **Manual de morfologia do português**. Campinas, SP: Pontes, 1994.

SILVA, Caio César Castro. **A parassíntese em português: as relações entre cultura, léxico e frequência na linguística cognitiva** [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

ZANOTTO, Normélio. **Estrutura mórfica da Língua Portuguesa**. 3 ed. Caxias do Sul- R S: Educus, 1996.

Disciplina: LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA 2
--

Ementa:Estudo da produção literária do Romantismo (o romance histórico português,a vertente indianista brasileira, o romance social e de costumes, a poesia intimista e a social), do Realismo (a inclusão da poesia realista e a do cotidiano em Portugal), do Naturalismo, do Parnasianismo e do Simbolismo, em Portugal e no Brasil.

Bibliografia básica

BALAKIAN, Anna. **O simbolismo**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOSI, Alfredo. **Machado de Assis: o enigma do olhar**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
SCHWARTZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2012.
_____. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

Bibliografia Complementar

CANDIDO, Antonio. **Ficção e confissão**: ensaios sobre Graciliano Ramos. São Paulo: Editora 34, 1992.
CITELLI, Adilson. **Roteiro de leitura**: os sertões de Euclides da Cunha. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.
FARACO, Carlos Emílio. **Roteiro de leitura**: a escrava Isaura de Bernardo Guimarães. São Paulo: Ática, 1998.
GARBUGLIO, José Carlos. **Roteiro de leitura**: poesia de Manuel Bandeira. São Paulo: Ática, 1998.
GOMES, Álvaro Cardoso. **O poético**: magia e iluminação. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1989 (Coleção Debates, 228).

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO 2

Ementa: Desenvolvimento de experiências relativas à prática do ensino/aprendizagem da literatura e de seus modos de interpretação com base em conhecimentos, adquiridos no curso de Letras, das disciplinas Teoria da Literatura e Literaturas de Língua Portuguesa.

Bibliografia Básica

BLOOM, Benjamin *et al.* **Taxionomia de objetivos educacionais**: domínio cognitivo. Trad. de Flávia Maria Sant'Anna. Porto Alegre: Globo, 1977.
CEREJA, William Roberto. **Ensino de literatura**: uma proposta dialógica para o trabalho com literatura. São Paulo: Atual, 2005.
FREITAS, Alice Cunha de; CASTRO, Maria de Fátima F. (Orgs.). **Língua e literatura**: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2003.
LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 6.ed. São Paulo: Ática, 2008.
LEAHY-DIOS, Cyana. **Educação literária como metáfora social**: desvios e rumos. Niterói, Eduff, 2000.
MAIA, Ângela dos Santos; LIMA, Roberto Sarmiento. **Poesia é brincar com palavras**: leitura do poema infantil na sala de aula. Maceió: Edufal; Brasília: Inep, 2002.

Disciplina: METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ementa: Estudo de métodos de ensino voltados ao trabalho com leitura, escrita, gramática e oralidade numa dimensão interacional da linguagem. Relação entre ensino de língua e literatura na educação básica. Livro didático.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Irandé. **Aula de português**. São Paulo: Parábola, 2003.
DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. 5.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.
FREITAS, Maria Teresa de Assunção; COSTA, Sérgio Roberto. **Leitura e escrita de adolescente na internet e na escola**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino**. Exercícios de militância e divulgação. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

Bibliografia Complementar

BAGNO, Marcos. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.
GERALDI, W. (org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.
MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. **Leitura, produção de textos e a escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1994.
TRAVAGLIA, L.C.. **Gramática: ensino plural**. 3.ed. São Paulo, Cortez, 2007.
VAL, M. da Graça Costa & MARCUSCHI, Bete (orgs.) **Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania**. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2005.

Disciplina: ELETIVA 1

Ementa:

Vide Ementa da disciplina escolhida pelo colegiado.

Bibliografia

Vide Bibliografia da disciplina.

Disciplina: PROJETO INTEGRADOR 5

Ementa: Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade de cada curso.

Bibliografia

Contempla todas as referências bibliográficas utilizadas pelas disciplinas do 6º período, além das específicas que o projeto necessitar.

SÉTIMO SEMESTRE

Disciplina: SINTAXE DO PORTUGUÊS

Ementa: Estudo da sintaxe do Português: estrutura da sentença e do período. Concordância e regência. Aplicações ao ensino de português.

Bibliografia básica

- AZEREDO, José Carlos. **Iniciação à Sintaxe do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- BECHARA, Evanildo. **Lições de Português pela análise sintática**. 18. ed. Lucerna, 2006.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- KOCH, Ingedore & SOUZA E SILVA, Cecília Perez. **Linguística aplicada ao português: Sintaxe**. 15.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- KURY, Adriano da Gama. **Novas Lições de Análise Sintática**. 9. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- PERINI, Mário. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

Bibliografia Complementar

- AZEREDO, José Carlos S. de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2009.
- CARONE, Flávia de Barros. **Morfossintaxe**. São Paulo: Ática, 1998.
- CARONE, Flávia de Barros. **Subordinação e Coordenação**. Confrontos e Contrastes. São Paulo: Ática, 1997. Série Princípios, Vol. 138.
- CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: FAPESP/Contexto, 2010.
- LOBATO, Lucia. **Sintaxe gerativa do português: da Teoria Padrão à Teoria da Regência e Ligação**. Belo Horizonte: Editora Vigília, 1986.
- MACAMBIRA, José R. **A Estrutura Morfossintática do Português**. São Paulo: Pioneira, 2001.
- MIRA MATEUS, Maria Helena *et al.*. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

Disciplina: LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA 3

Ementa: Estudo da produção literária dos períodos do Realismo, do Naturalismo e do Parnasianismo, no Brasil e em Portugal (incluindo-se a poesia portuguesa realista e do cotidiano).

Bibliografia básica

- ABDALA JUNIOR, Benjamin (Org). **Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Ecoss do Brasil:** Eça de Queirós, leituras brasileiras e portuguesas. São Paulo: Senac/ São Paulo, 2000.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira.** 37. ed. rev. e atual. São Paulo: Cultrix, 2006.

BUNZEN, C.; MENDONÇA, Márcia. (orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor.** 3. ed. São Paulo, Parábola Editorial, 2009.

ROJO, R. H. R.; BATISTA, A. A. (orgs.). **Livro didático de língua portuguesa, letramento escolar e cultura da escrita.** Campinas, Mercado de Letras/EDUC, 2003.

Bibliografia complementar

CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. **Presença da literatura brasileira:** do Romantismo ao Simbolismo. 6. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1976. v. 2.

SERRÃO, Joel. **Obra completa de Cesário Verde.** Lisboa: Portugália, 1970.

_____. **Presença da literatura brasileira:** Modernismo. 5. ed. rev. São Paulo: DIFEL, 1979. vol. 3.

FERREIRA, Alberto. **Perspectiva do Romantismo em Portugal (1833- 1865)** 2. ed. Lisboa: Moraes Editores, 1979.

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO 3

Ementa: Atividade de observação, análise crítica e planejamento da prática docente na educação básica, exercida sob supervisão docente, como subsídio para o exercício do ensino de língua portuguesa.

Bibliografia básica

BRANDÃO, Helena Negamine (cord.). **Gêneros do discurso na escola.** São Paulo: Cortez, 2003.

CASTILHO, Ataliba T. de. **A língua falada no ensino de português.** São Paulo: Contexto, 2002.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. (org.). **O texto na sala de aula.** São Paulo: Ática, 2006.

MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). **Gêneros textuais e ensino.** 5.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

Bibliografia complementar

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília, SEF/MEC, 1998.

CHIAPPINI, Lúgia (coord.). **Aprender e ensinar com textos.** São Paulo, Cortez, 1997.

DUTRA, Rosália. **O falante gramático:** introdução à prática de estudo e ensino do português. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

HAUY, A. B. **Da necessidade de uma gramática padrão da língua portuguesa.** São Paulo: Ática, 1983.

ILARI, Rodolfo. **A linguística e o ensino da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Disciplina: ELETIVA 2

Ementa:

Vide Ementa da disciplina escolhida pelo colegiado.

Bibliografia

Vide Bibliografia da disciplina.

Disciplina: PROJETO INTEGRADOR 6

Ementa: Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade de cada curso.

Bibliografia

Contempla todas as referências bibliográficas utilizadas pelas disciplinas do 7º período, além das específicas que o projeto necessitar.

OITAVO SEMESTRE

Disciplina: SEMÂNTICA DO PORTUGUÊS

Ementa: Análise de questões sobre fundamentos de significado e de produção do sentido nas línguas naturais, especialmente na língua portuguesa.

Bibliografia Básica

ILARI, Rodolfo e GERALDI, J. W. **Introdução à semântica**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

LYONS, J.. **Semântica**. São Paulo, Presença, 1980.

MARQUES, Maria Helena Duarte. **Iniciação à semântica**. 7.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. **Semântica formal**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

MARQUES, M. H. D. **Iniciação à Semântica**. 7.ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2011.

MUSSALIM, Fernanda. **Introdução à Linguística**, Vol. 2. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar

GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural**. São Paulo, Cultrix & Edusp, 1976.

GUIRAUD, P. **A Semântica**. 2. ed. São Paulo, Difel, 1975.
ILARI, R. e outro. **Semântica**. 2. ed. São Paulo, Ática, 1985.
KEMPSON, R. M. **Teoria semântica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
MOURA, Heronides. **Significação e contexto**. Florianópolis: Editora Insular, 1999.
SEARLE, J. **Atos de Linguagem**. Coimbra: Almedina, 1984.
TAMBA-MECZ, Irene. **Semântica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

Disciplina: LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA 4

Ementa: Estudo da produção literária do Simbolismo como processo de deflagração e amadurecimento da modernidade e como momento de abertura para a compreensão das tendências do Modernismo e das variadas manifestações da literatura contemporânea, em Portugal, no Brasil e em países africanos de língua portuguesa.

Bibliografia Básica

FABRIS, Annateresa (org.). **Modernidade e modernismo no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Mercado das Letras, 2010.
OLIVEIRA, Vera Lúcia de. **Poesia, mito e história no modernismo brasileiro**. São Paulo: UNESP/FURB, 2002.
PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Fernando Pessoa: alguém do eu, além do outro**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
SEABRA, José Augusto. **O heterotexto pessoano**. São Paulo: Perspectiva, 1988
TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**. 19. ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2009.

Bibliografia Complementar

BELLINE, Ana Helena Cizotto. **Roteiro de leitura: O primo Basílio de Eça de Queirós**. São Paulo: Ática, 1997.
COSTA, Lígia Militz da. **A poética de Aristóteles: mimese e verossimilhança**. São Paulo: Ática, 2001.
GUIDIN, Márcia Lígia. **Roteiro de leitura: a hora da estrela de Clarice Lispector**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.
MOISÉS, Carlos Felipe. **Roteiro de leitura: poemas de Álvaro de Campos de Fernando Pessoa**. São Paulo: Ática, 1998.
MOISÉS, Massaud. **O simbolismo (1893-1902)**. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1973 (Coleção A literatura brasileira, IV).

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO 4

Ementa: Atividade de observação, análise crítica e planejamento da prática docente na educação básica, exercida sob supervisão docente, como subsídio para o exercício do ensino de línguas.

Bibliografia básica

BRANDÃO, Helena Negamine (cord.). **Gêneros do discurso na escola**. São Paulo: Cortez, 2003.

BUNZEN, C.; MENDONÇA, Márcia. (orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor**. 3.ed. São Paulo, Parábola Editorial, 2009.

CASTILHO, Ataliba T. de. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 2002.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. (org.). **O texto na sala de aula**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2006.

MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. 5.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

Bibliografia complementar

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília, SEF/MEC, 1998.

CHIAPPINI, Lígia (coord.). **Aprender e ensinar com textos**. São Paulo, Cortez, 1997.

COSTA VAL, M. G. Atividades de produção de textos escritos em livros didáticos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental. *In*: ROJO, R. H. R.; BATISTA, A. A. (orgs.).

Livro didático de língua portuguesa, letramento escolar e cultura da escrita. Campinas, Mercado de Letras/EDUC, 2003, pp. 125-152.

DUTRA, Rosália. **O falante gramático**: introdução à prática de estudo e ensino do português. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

HAUY, A. B. **Da necessidade de uma gramática padrão da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1983.

ILARI, Rodolfo. **A linguística e o ensino da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Disciplina: PROJETO INTEGRADOR 7

Ementa: Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade de cada curso.

Bibliografia

Contempla todas as referências bibliográficas utilizadas pelas disciplinas do 8º período, além das específicas que o projeto necessitar.

EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS DAS DISCIPLINAS ELETIVAS

Disciplina: ANÁLISE DO DISCURSO

Ementa: Introdução à Análise do Discurso. História da AD na França e no Brasil. Objeto e método. Relação língua e discurso. Discurso e texto. Categorias teóricas e metodológicas: intradiscurso, interdiscurso, memória discursiva, condições de produção.

Bibliografia Básica

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas:** as não-coincidências do dizer. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 17.ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **O Discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997.

_____. Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso. *In: Escritos 4.* Publicação do Labeurb/Nudecri/Unicamp, 1999.

SAUZA, Pedro. A interpretação como permanente estado de intolerância. *In: Análise do discurso no Brasil:* mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

Bibliografia Complementar

BAKHTIN, Mikhail-Voloshinov. **Questões de literatura e de estética:** a teoria do romance. São Paulo: EdUNESP; Hucitec, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987b. ORLANDI, Eni. **Gestos de leitura:** da história no discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso.** Curitiba: Criar Edições, 2002.

Disciplina: TÓPICOS ESPECIAIS EM ANÁLISE DO DISCURSO

Ementa: Estudo da relação discurso, sujeito, história e ideologia. O sujeito e a práxis discursiva na relação objetividade e subjetividade. Análise do Discurso, práticas sociais e concepção de história. Questões teórico-metodológicas da AD. O discurso como estrutura e acontecimento. Desenvolvimento de análise de materialidades discursivas.

Bibliografia Básica

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** 13.ed. São Paulo: HUCITEC, 2013.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise de discurso.** São Paulo: Contexto, 2011.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso.** Campinas: Pontes, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. São Paulo: Pontes, 1997.

_____. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008.

NAVARRO, Pedro (Org.) **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Carlos: Claraluz, 2008.

Bibliografia Complementar

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUEANEU, Dominique. **Dicionário de Análise de Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

GREGOLIN, M.R. *et al.* **Discurso e Mídia**. A cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

HENRY, Paul. Sentido, sujeito, origem. *In*: ORLANDI, Eni (org). **Discurso Fundador**. Campinas, SP: Pontes, 1993.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes, 1996.

_____. **Interpretação, autoria, leitura, efeitos sobre o trabalho simbólico**. Rio de Janeiro: Vozes: 1998.

_____. **As formas do silêncio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

Disciplina: AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM

Ementa: Estudo das relações entre as áreas da Aquisição de Linguagem, da Linguística e da Psicologia ao longo do intervalo de tempo que compreende a criação da disciplina Psicolinguística, em 1954, até os dias de hoje, buscando destacar as concepções de linguagem e de criança subentendidas nas diferentes abordagens que serão adotadas pelas principais teorias empirista, racionalista e sociointeracionista.

Bibliografia Básica

BOTELHO, Paulo. **Linguagem e letramento na educação de surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CHAPMAN, Robin S. **Processos e distúrbios na aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CHOMSKY, N. **Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente**. São Paulo: EdUNESP, 2002.

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GUIMARÃES DE LEMOS, M. T.. **A língua que me falta**. Uma análise dos estudos em aquisição da linguagem. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

KATO, Mary A. Sintaxe e aquisição na teoria de Princípios e Parâmetros. *In*: **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 30, n. 4, p. 57-73, 1995.

Bibliografia Complementar

ALBANO, E. **Da fala à linguagem**: tocando de ouvido. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FLETCHER, Paul. **Compêndio da linguagem da criança**. Porto Alegre: Artes Médicas.

GOLDGRUB, F. W. **A máquina do fantasma. Aquisição da linguagem & Constituição do sujeito.** São Paulo: Ed. UNIMEP, 2004.

MENYUK, Paula. **Aquisição e desenvolvimento da linguagem.** São Paulo: Pioneira, 1975.

PIAGET, J. **A linguagem da Criança.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, (1934)1992.

Disciplina: METODOLOGIA DA PESQUISA

Ementa: Estudo do projeto de pesquisa e monografia. Determinação de tema, de problema e de elementos estruturais de projeto de pesquisa e de trabalho monográfico.

Bibliografia Básica

BASTOS, L. R.; PAIXÃO, L.; FERNANDES, L. M.; DELUIZ, N. **Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias anexos ilustrativos e glossários de termos técnicos.** 40. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1995.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica.** Trad. Leônidas Hegenberg e Octanny S, da Motta. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1972.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23.ed. São Paulo: Cortez. 2007.

Bibliografia Complementar

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Manual para normatização do trabalho acadêmico.** 8. ed. Recife: Instituto Salesiano de Filosofia, 2007.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** São Paulo: Perspectiva, 1998.

Guia Padrão de Normalização da UFAL, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas, 1999.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da pesquisa científica.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1990.

Disciplina: LINGÜÍSTICA TEXTUAL

Ementa: Análise de aspectos textuais-discursivos em textos, falados e escritos, do português. Contribuições dessa análise para o ensino da leitura e da escrita.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Irandé Costa. **Lutar com palavras.** 4.ed. São Paulo: Parábola, 2008.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à análise do discurso.** 7.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

COSTA VAL, Maria das G.. **Redação e Textualidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PÉCORRA, Alcir. **Problemas de Redação**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

Bibliografia Complementar

BASTOS, Lúcia Kopschitz. **Coesão e Coerência em Narrativas Escolares**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

KOCH, I. V..**Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez,2011.

_____. **A Coesão Textual**. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Texto e Coerência**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Introdução à Linguística Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LEFFA, Vilson J. & PEREIRA, Aracy E. (orgs.). **O ensino da leitura e produção textual**. Pelotas: EDUCAT, 1999.

Disciplina: INTRODUÇÃO À LÍNGUA ESTRANGEIRA 1

Ementa: Desenvolvimento das quatro habilidades (produção de atos de fala, recepção de atos de fala, produção escrita e compreensão de leitura), em língua estrangeira, e das competências linguística e comunicativa via fundamentação lexical, fonética, fonológica, sintática, semântica e pragmática, em nível introdutório.

Bibliografia

Espanhol

ARAGONÉS, L. y PALENCIA, R. **Gramática de uso de español para extranjeros**. Madrid: SM, 2003.

CASTRO, Francisca. **Uso de la gramática española**: nivel básico. Edelsa, Madrid, 1997.

DUARTE, C. A.**Diferencias de usos gramaticales entre español/português**. Madrid: Edinumen, 1999. (capítulos seleccionados).

CALZADO, A. **Gramática Esencial** – Con el español que se habla hoy en España y en América Latina. Madrid: SM, 2002. (capítulos seleccionados).

ARAGONÉS, L. y PALENCIA, R. **Gramática de uso de español para extranjeros**. Madrid: SM, 2003. (capítulos seleccionados).

NÚÑEZ ROMERO-LINARES, B. **Tus pasatiempos de los verbos españoles**. Práctica de las formas verbales. Madrid: Edinumen, 2000.

SILVA, Cecilia F e SILVA, L. M. P. **Español através de textos**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2001.

Francês

Dictionnaire du français - référence apprentissage.(Le Robert) Paris: Clé International, 2002.

DUBOIS, LAGANE. **La nouvelle grammaire du français**. Paris: Larousse, 1997.

Forum – méthode de français. Paris: Hachette, 2000.

Reflets – méthode de français. Paris: Hachette, 2000.

Studio 100 - méthode de français. Paris: Didier, 2001.

Inglês

AZAR, Betty Schramper. **Understanding and Using English Grammar**. São Paulo: Longman, 2000. **Dicionário Oxford Escolar para Estudantes Brasileiros de Inglês** – Português-inglês / Inglês-português. Oxford University Press, 1999.

MURPHY, Raymond. **Essential Grammar in Use with answers &CD- Rom** / Second Edition. São Paulo: Cambridge do Brasil, 2002.

_____. **Basic Grammar in Use**: Reference and Practice for Students of English. New York: Cambridge University Pr.

OXENDEN, Clive & SELIGSON, Paul. **New English File** / Elementary. Oxford University Press, 2004.

Disciplina: INTRODUÇÃO À LÍNGUA ESTRANGEIRA 2

Ementa: Paralelamente e simultaneamente ao trabalho com as competências e habilidades básicas, necessárias ao desempenho linguístico-comunicativo satisfatório nos processos de interação social, a disciplina busca ampliar e consolidar o trabalho desenvolvido ao longo do primeiro semestre.

Bibliografia

Espanhol

BRUNO, F. C. y MENDOZA, M.A. **Hacia el Español**: curso de lengua y cultura hispánica – nivel básico. São Paulo: Saraiva, 2006.

HERMOSO, A. González. **Gramática de español como lengua extranjera**. Madrid: Edelsa, 1995.

_____. **Conjugar es fácil en español**. Madrid: Edelsa, 1997.

MILANI, Esther Maria. **Gramática de espanhol para brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 1999.

MORÍNIGO, A.M. **Diccionario del Español de América**. Madrid: Anaya, 1993.

Francês

BÉRARD, Evelyne. **Grammaire utile du français**. Paris: Hachette, 1989

BOULARÈS, Michèle, FRÉROT, Jean. **Grammaire Progressive du Français** – niveau avancé, Paris: Clé International, 1995

CADIOT-CUEILLERON, Jean *et alii*. **Grammaire**- 350 exercices – Niveau supérieur, Paris: Hachette, 1992

DELATOUR, D. Jennepin *et alii*. **Grammaire du français**. Paris. Hachette, 1991

DELATOUR, D. Jennepin *et alii*. **350 exercices de grammaire**, Niveau moyen, Paris: Hachette, 1987.

Inglês

BIBER, D.; CONRAD, S.; LEECH, G. **Longman student grammar of written and spoken English**. London/New York: Longman, 2002.

GREENBAUN, & QUIRK. **A student's grammar of the English language**. London: Longman, 1990.

GRELLET, Françoise. **Developing Reading Skills** – A Practical Guide to Reading Comprehension Exercises.

NUTTAL, Christine. **Teaching Reading Skills in a Foreign Language**. Cambridge University Press, 1992.

SWAN, M. **Practical English usage**. Oxford: OUP, 1980.

Disciplina: LITERATURA E ENSINO
--

Ementa: Reflexão sobre as práticas pedagógicas em literatura com suporte nas teorias estudadas no Curso de Letras.

Bibliografia básica

CEREJA, William Roberto. **Ensino de literatura:** uma proposta dialógica para o trabalho com literatura. São Paulo: Atual, 2005.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros:** a leitura literária na escola. São Paulo: Global, 2007.

COSSON, Rildo. **Letramento literário:** teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2007.

SANTOS, Josalba Fabiana dos; OLIVEIRA, Luiz Eduardo (Orgs.). **Literatura & ensino**. Maceió: EDUFAL, 2008.

Bibliografia complementar

AGUIAR, V.T. de. **Era uma vez... na escola:** formando educadores para formar leitores. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2011.

ATAÍDE, Vicente. **O ensino da literatura**. Curitiba: HD Livros, 2002.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **O texto escolar:** uma história. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2004.

BORDINI, Maria da Glória; AGUIAR, Vera Teixeira de. **Literatura:** a formação do leitor: alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

BRANDÃO, Helena Nagamine (Org.). **Gêneros do discurso na escola:** mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica. São Paulo: Cortez, 1999.

COELHO, Nelly Novaes. **O ensino da literatura**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

COUTINHO, Afrânio. **O ensino da literatura**. Rio de Janeiro: Depto. de Imprensa Nacional, 1952.

EVANGELISTA, Aracy; BRINA, Heliana; MACHADO, Maria Zélia (Orgs.). **A escolarização da leitura literária:** o jogo do livro infantil e juvenil. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FARIA, Maria Alice (Org.). **Narrativas juvenis:** modos de ler. São Paulo: Arte & Ciência; Assis: Núcleo Editorial Proleitura, 1997.

FISCHER, Luís Augusto. **Literatura brasileira:** modos de usar. Porto Alegre: L&PM, 2008.

LAJOLO, Marisa. **Usos e abusos da literatura na escola:** Bilac e a literatura escolar na república velha. Rio de Janeiro/Porto Alegre: Globo, 1982.

MAGNANI, M. do R.. **Leitura, literatura e escola**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 1998.
_____. **A leitura e o ensino da literatura**. São Paulo: Contexto, 1998.
_____(Org.). **Leitura em crise na escola: as alternativas do professor**. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

Disciplina: LITERATURA ALAGOANA
--

Ementa: Estudo dos textos das escolas literárias, em verso e/ou prosa, e suas manifestações em Alagoas, segundo os sucessivos estilos de época caracterizados como Barroco, Arcadismo, Romantismo, Parnasianismo, Simbolismo e Modernismo, bem como as manifestações contemporâneas e a relação entre estética e contexto.

Bibliografia básica

ÁVILA, Janayna. **Entre pitangas e sapotis: a crítica na imprensa alagoana nas décadas de 20 e 30**. Maceió: EDUFAL, 2009.
CAVALCANTE, Simone. **Literatura em Alagoas**. Maceió: Scortecci/Grafmarques, 2005.
Memória Cultural de Alagoas. Maceió, mar./set. 2001. Suplementos do Jornal Gazeta de Alagoas.
SANT'ANNA, Moacir Medeiros de. **História do modernismo em Alagoas (1922-1932)**. Maceió: EDUFAL, 1980.

Bibliografia complementar

ACCIOLY, Breno. **Obras reunidas**. São Paulo: Escrituras, 2000.
ALTAVILA, Jayme Lustosa de. **Bibliografia de autores alagoanos**. Maceió: Catavento; Fundação Municipal de Ação Cultural, 2001.
ARAÚJO, Vera Romariz Correia de. **Só ou bem acompanhado?** (Reflexões sobre literatura e cultura). Maceió: EDUFAL, 2007.
AVELAR, Romeu de. **Antologia de contistas alagoanos**. Maceió: Departamento de Ciência e Cultura, 1970.
_____. **Contos alagoanos de hoje**. São Paulo: L.R. Editores, 1982.
BOMFIM, Edilma Acioli. **Razão mutilada: ficção e loucura em Breno Accioly**. Maceió: EDUFAL, 2005.
_____; ROSA E SILVA, Enaura Quixabeira (Orgs.). **Hora e vez de José Geraldo Marques – a travessia mágico-poética**. Maceió: EDUFAL, 2000.
BRANDÃO, Izabel (Org.). **Entre o amor e a palavra: olhar(es) sobre Arriete Vilela**. Maceió/São Paulo: Catavento, 2001.
CABRAL, Otávio. **O riso subversivo**. Maceió: EDUFAL, 2007.
_____. **Concerto em dor maior para choro e orquestra**. São Paulo: Escrituras, 2001.
CARVALHO, Elysio de. **Ensaio**. Brasília, DF: Universa-UCB, 1997.
CASADO, José. **Livro branco da crítica literária**. Maceió: DEC, 1966.
CAVALCANTI, Valdemar. **14 poetas alagoanos – poemas escolhidos**. Maceió: DAC, 1974.

CERES, Heliônia. **A procissão dos encapuzados e outros contos**. Maceió: EDUFAL, [s.d.].

COOPER, Jorge. **A solidão que soma**. Maceió: Sergasa, 1990.

_____. **Noite nova**: vigília (antologia poética). Maceió: Gráfica Gazeta de Alagoas, 1991. (Coleção Videntes das Alagoas, vol. 4).

_____. **Poesia completa**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; Cepal, 2010.

COSTA, Arriete Vilela. **Carlos Moliterno** – vida e obra. Maceió: Sergasa, 1985.

_____. **Fantasia e avesso**. Maceió: edição da autora, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Seleção em prosa e verso**. Rio de Janeiro: J. Olympio/INL, 1979.

FIÚZA, Fernando. **Tira-prosa**. Belo Horizonte: edição do autor, 2004.

IVO, Lêdo. **Poesia completa (1904-2004)**. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2004.

LEÃO, Luiz Gonzaga. **Casa somente canto** – casa somente palavra. São Paulo: Escrituras, 1995.

LINS, Adalberon Cavalcanti. **Curral novo**. São Paulo: RT, 1957.

MACEDO, Maurício de. **A poesia no cordão seguido de pastoril**. Maceió: EDUFAL, [s.d.].

_____. **Cinzel da língua**. Maceió: EDUFAL, [s.d.].

MARQUES, José Geraldo. **Cactos temporários & itinerário marítimo**. Curitiba: HD livros, 1999.

MIRANDA, Raquel Villardi. **Lira e angústia**: poesia alagoana hoje. São Paulo: Edicon, 1987.

MOLITERNO, Carlos. **Desencontro**. Maceió: Caeté, 1953.

_____. **A ilha**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 1997.

_____. **Notas sobre poesia moderna em Alagoas** (antologia). Maceió: DEC, 1965. (Série Estudos Alagoanos).

MONTEIRO, Gal. **Se eu calar você me esquece, se eu contar você me abraça?** Maceió: EDUFAL, 2007.

MORAES, Maria Heloisa Melo de. **Cor, som e sentido**: a metáfora na poesia de Djavan. Curitiba/Maceió: HD Livros/FAL, 2001.

_____(Org.). **Poesia alagoana hoje**. Maceió: EDUFAL, 2007.

RAMOS, Ricardo. **Entre a seca e a garoa** (contos). São Paulo: Ática, 1998. (Série Rosa-dos-ventos).

RESENDE, Nilton. **O orvalho e os dias**. Maceió: EDUFAL, 2007.

REVISTA LEITURA. Maceió, n. 37-38, jan./dez. 2006, 314 p. Anual. ISSN 0103-6858.

ROCHA, Tadeu. **Modernismo & regionalismo**. 2. ed. Maceió: Imprensa Oficial, 1964.

ROMARIZ, Sabino. **Poesias escolhidas**. Sel. e pref. de Cassiano Nunes. Penedo: Fundação Casa do Penedo, 1992.

ROMARIZ, Vera Lúcia. **Campo minado**. Maceió: [s.n.], [s.d.].

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Elysio de Carvalho**: um militante do anarquismo. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1982.

SILVA, Márcio Ferreira da. **A cidade desfigurada**: Uma análise do romance Ninho de Cobras, de Lêdo Ivo. Maceió: Catavento, 2002.

SOUZA E SIVA, Marta Emília de. **Poesia visual em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

VALOIS, Francisco. **Rosa da manhã nascente**. Maceió: Sergasa, 1979.

VASCONCELOS FILHO, Marcos. **Marulheiro**: viagem através de Aurélio Buarque de Holanda. Maceió: EDUFAL, 2008.

VAZ FILHO, A. **Poetas alagoanos** – esboços biográficos. Maceió: Regina, 1966.

WANDERLEY, Sidney. **Desde sempre**. São Paulo: Escrituras, 2000.

Disciplina: LITERATURA E RETÓRICA
--

Ementa: Introdução à Retórica, em seu evoluir histórico, com algumas reflexões sobre seu contexto teórico, numa perspectiva de análise e interpretação literárias.

Bibliografia básica

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Tradução de António P. de Carvalho. São Paulo: Difel, 1964.

BOOTH, Wayne C. **A retórica da ficção**. Lisboa: Arcádia, 1980.

COHEN, Jean. *et al.* **Pesquisas de retórica**. Tradução de Leda P;M. Iruzun. Petrópolis: Vozes, 1975.

LAUSBERG, H. **Elementos de retórica literária**. 4. ed. Tradução de R.M. Rosado Fernandes. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.

TRINGALI, Dante. **Introdução à retórica**: a retórica como crítica literária. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

Bibliografia complementar

CURTIUS, E. R. **Literatura europeia e idade média latina**. Tradução de Teodoro Cabral. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1975.

DUBOIS, Jean. *et al.* **Retórica geral**. Tradução de Carlos F. Moisés. São Paulo: Cultrix, 1974.

HALLIDAY, Tereza L. **O que é retórica**. São Paulo: Brasiliense, 1990 (Coleção Primeiros Passos, 232).

LAUSBERG, H. **Manual de retórica literária**. Tradução de J.P. Riesco. Madrid: Gredos, 1966. 3 v.

MOISÉS, Massaud. **Literatura**: mundo e forma. São Paulo: Cultrix, 1974.

MOSCA, Lineide do L. Salvador (Org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Humanitas, 1997.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de E.G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PLEBE, Armando; EMANUELE, Pietro. **Manual de retórica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PLEBE, Armando. **Breve história da retórica antiga**. São Paulo: E.P.U.; EDUSP, 1978.

QUINTILIANO, M.F. **Instituições oratórias**. Tradução de Soares Barbosa. São Paulo: Cultura, 1944. 2 v.

RICOEUR, P. **A metáfora viva**. 2. ed. Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2000.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: EDUERJ; EDUFF, 1999.

Disciplina: INTRODUÇÃO ÀS LÍNGUAS INDÍGENAS

Ementa: Estudo das línguas indígenas no Brasil, considerando questões sócio-culturais e linguísticas.

Bibliografia básica

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. 6.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil: Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência**. Petrópolis: Vozes, 1988.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec; Brasília; Editora da UnB, 1987.

RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades indígenas**. São Paulo: Ática, 1986.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.

SILVA, Aracy Lopes & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org). **A Temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. 4.ed. Brasília: MEC / MARI/ UNESCO, 2004.

Disciplina: LITERATURA DRAMÁTICA 1

Ementa: Estudo dos gêneros literários e das relações entre literatura e dramaturgia com base na leitura e análise de textos: a tragédia grega clássica (Ésquilo, Sófocles e Eurípides) e a comédia de Aristófanes.

Bibliografia Básica

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Ars Poética, 1993.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Teatro grego: tragédia e comédia**. Petrópolis: Vozes, 1984.

LESKY, Albin. **A tragédia grega**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

NUÑEZ, Carlinda Fragale Pate *et al.* **O teatro através da história: o teatro ocidental**. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1994. v. 1.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

Bibliografia Complementar

SÓFOCLES. **Édipo rei**.

JOSEPH, Irmã Miriam. **O trivium: as artes liberais da lógica, gramática e retórica**. São Paulo: Realizações Editora, 2008.

PLEBE, Armando; EMANUELE, Pietro. **Breve história da retórica antiga**. São Paulo: E.P.U., 1978.

_____. **Manual de retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BLOOM, Harold. **Shakespeare: a invenção do humano**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Disciplina: LITERATURA DRAMÁTICA 2

Ementa: Estudo das relações entre literatura e dramaturgia através da análise de textos: o teatro renascentista inglês (Shakespeare), o Século de Ouro espanhol (Lope de Vega), o teatro francês (Corneille e Racine), Molière, o teatro do século XX (Brecht), o teatro contemporâneo do pós-guerra e o teatro brasileiro.

Bibliografia Básica

FARIA, João Roberto. **Ideias teatrais: o XIX Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GASSNER, John. **Mestres do teatro I**. Trad. de Alberto Guzik; J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GASSNER, John. **Mestres do teatro II**. Trad. de Alberto Guzik; J. Guinsburg. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GOLDBERG, Rose Lee. **A arte da performance, do futurismo ao presente**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HAUSER, Arnold. **História social da literatura e da arte**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

ROUBINE, Jean-Jacques. **Introdução às grandes teorias do teatro**. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Bibliografia Complementar

PRADO, Décio de Almeida. **Apresentação do teatro brasileiro moderno**. São Paulo: Martins, 1956.

BORNHEIM, Gerd. **O sentido e a máscara**. São Paulo: Perspectiva, 1969.

MAGALDI, Sabato. **Iniciação ao teatro**. São Paulo: Buriti, 1965.

UBERSFELD, Anne. **Para ler o teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **Panorama do teatro brasileiro**. Rio de Janeiro: MEC/SNT, 1962.

Disciplina: LITERATURA INFANTO-JUVENIL

Ementa: Análise crítica de textos infanto-juvenis de variadas literaturas ocidentais, em verso e em prosa, desde o momento da formação da sociedade burguesa europeia, no século XVIII, e seus vínculos com a dimensão ético-pedagogia da época, até a contemporaneidade, com a redefinição estética desse campo literário.

Bibliografia Básica

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1981.

BRAVO-VILASANTE, Carmen. **História da literatura infantil**. 2 tomos. Lisboa: Vega, 1977.

FRANZ, Marie-Louise von. **A interpretação dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

_____. **O significado psicológico dos motivos de redenção nos contos de fada**. São Paulo: Cultrix, 1993.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura à leitura do mundo**. 6.ed. São Paulo: Ática, 2006.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: história & histórias**. São Paulo: Ática, 1984.

Bibliografia Complementar

MOISÉS, Massaud. **A análise literária**. São Paulo: Cultrix, 1981.

MEIRELES, Cecília. **Problemas da literatura infantil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

JESUALDO. **A literatura infantil**. São Paulo: Cultrix, 1993.

ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da. (Orgs.). **Leitura: perspectivas interdisciplinares**. São Paulo: Ática, 1988. (Fundamentos, 42).

Disciplina: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS CLÁSSICOS

Ementa: Fornecer um repertório de textos representativos da Antiguidade Clássica de forma a propiciar aos alunos matéria de reflexão sobre questões literárias e linguísticas.

Bibliografia básica

ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. **A poética clássica**. Trad. Jaime Bruna. 12.ed. São Paulo, Cultrix, 2005.

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. Trad. de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Teatro Grego: Tragédia e Comédia**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARDOSO, Zélia de Almeida. **Literatura Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

HESÍODO. **Teogonia**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

HESÍODO. **Os trabalhos e os Dias**. Tradução de Mary Lafer. 4. Ed. São Paulo: Iluminuras, 2008.

ROSENFELD, Kathrin Holzermayr. **Sófocles e Antígona**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

Bibliografia Complementar

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à História da Filosofia dos Pré-Socráticos a Aristóteles**. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1998.

VERNANT, Jean Pierre. **Mito e Sociedade na Grécia Antiga**. Tradução de Myriam Campello. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1992.

ARISTÓTELES. **Poética**. Trad. Eudoro de Souza. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

BRUNEL, Pierre.(Org.). **Dicionário de Mitos Literários**. Rio de Janeiro: José Olímpio.

PEREIRA, M. Helena da Rocha. **Estudos de História da Cultura Clássica**, Vol. I, 8. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

Disciplina: SOCIOLINGUÍSTICA

Ementa: História, conceitos, princípios, métodos e aplicações da Sociolinguística.

Bibliografia básica

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

FONSECA, Maria Stella V. & NEVES, Moema F. (org.) **Sociolingüística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza (orgs). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 2007.

Bibliografia complementar

ALKMIN, Tânia; CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolingüística. *In*: Mussalin; Bentes (orgs). **Introdução à linguística 2**. São Paulo: Cortez, 2000.

FISHMAN, Joshua A. **The sociology of language: an interdisciplinary social science approach to language in society**. Rowley, Massachusetts: Newbury House Publishers, 1972.

TRUDGILL, Peter. **Sociolinguistics: an introduction**. Great Britain: Penguin Books, 1974.

Disciplina: MITOLOGIA GRECO-ROMANA

Ementa: Fornecer um repertório de textos representativos da Antiguidade Clássica de forma a propiciar aos alunos matéria de reflexão sobre questões literárias e linguísticas.

Bibliografia básica

AUERBACH, Eric. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

ELIADE, Mircea. **Mito do eterno retorno**. São Paulo, Mercuryo, 1992.

HESÍODO. **Os trabalhos e os Dias**. Tradução de Mary Lafer. – 4. ed – São Paulo, Iluminuras, 2008.

HESÍODO. **Teogonia**. Estudo e tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2009.

JAEGER, Werner Wilhelm. **Paidéia**: a formação do homem grego. Trad. Artur M. Pereira – 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SÓFOCLES. **Édipo-rei; Édipo em Colono; Antígona**. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

KERÉNYI, Karl. **Os Heróis gregos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

SCHWAB, Gustavo. **As mais belas histórias da antiguidade clássica**. 6.ed. Os mitos da Grécia e de Roma, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

Bibliografia Complementar

FINLEY, M. I. **O legado da Grécia**: uma nova avaliação. Trad. Yvette Vieira Pinto de Almeida. Brasília: UnB, 1998.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. Volume I, Petrópolis, Vozes, 1996.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. Volume II, Petrópolis, Vozes, 1996.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. Volume III, Petrópolis, Vozes, 1995.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CARPEAUX, Otto Maria. **História da literatura ocidental**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1978.

ESQUILO; EURÍPEDES; SÓFOCLES. **Prometeu acorrentado; Ajax; Alceste**. Trad.: Mário de Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

GRIMAL, Pierre. **Dicionário de mitologia grega e romana**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HOMERO. **Odisséia** (em versos). Trad. Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d..

LESKY, Albin. **Historia de la Literatura Griega**. Madrid, Gredos, 1985.

Disciplina: ORALIDADE

Ementa: Reflexão sobre práticas discursivas/sociais e oralidade. Contínuo fala-escrita. Gêneros orais, órbita microecológica, multimodalidade e variação linguística. Por uma noção de língua falada. Retextualização: oralização, editoração, transcrição, reestilização, relexicalização. Gêneros discursivos orais: produção e escuta enunciativas. Gêneros orais como objeto de ensino e de aprendizagem.

Bibliografia básica

KOCH, Ingedore Villaça. **A interação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio e DIONÍSIO, Ângela Paiva (Orgs.). **Fala e Escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005 (ebook).

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita– atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

ILARI, Rodolfo. (Org). **Gramática do Português Falado**. Vol II. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

Bibliografia complementar

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna – a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

FÁVERO, Leonor Lopes (et al.). **Oralidade e escrita – perspectivas para o ensino de língua materna**. São Paulo: Cortez, 2009.

FILHO, André Barbosa. **Gêneros radiofônicos**. Os formatos e os programas em áudio. São Paulo: Paulinas, 2003.

PRETI, Dino (Org.). **O discurso oral culto**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

RIBEIRO, Branca Telles Ribeiro; GARCES, Pedro M. (Orgs.). **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SIGNORINI, Inês (Org.). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.

Disciplina: LINGUÍSTICA QUEER

Ementa: Linguística queer: linguística sociocultural x linguística sistêmica (saussuriana e laboviana) – história e conceitos. Teoria queer e discursos hegemônicos: da identidade à pós-identidade (sujeitos, práticas discursivas e identidade/alteridade). Enunciado, força performativa e manutenção e subversão identitárias. Linguística queer, leitura/letramento social para a diferença. Por uma educação linguística queer.

Bibliografia Básica

BORBA, Rodrigo. **Linguística Queer**: por uma perspectiva pós-identitária para os estudos em linguagem. *Entrelinhas*, Ano III, nº 02, Jul./dez., 2006. (online)

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **A construção do gênero e do letramento na escola**: como um tipo de conhecimento gera o outro. *Investigações Literárias e Linguísticas*, vol. 17, nº 02, p. 47-68. (online)

OSTERMAN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz (Orgs.). **Linguagem. Gênero. Sexualidade**: clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Bibliografia complementar

MISKOLCI, Richard. **A teoria queer e a sociologia**: o desafio da normalização. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun/2009, p. 150-182. (online)

MOITA LOPES, Luiz Paulo. **Discursos de identidades**. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 13-38.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PEREIRA, Maria das Graças; BASTOS, Clarissa Rollin Pinheiro; PEREIRA, Tânia Conceição (Orgs.). **Discursos socioculturais em interação**. Rio de Janeiro: Grammond, 2009.

BUTLER, Judith. Criticamente subversiva. *In*: Rafael Mérida Jiménez. **Sexualidades transgressoras**. Una antología de estudios queer. Barcelona: Editorial Icaria, 2002, p. 55-79. (online).

Disciplina: LITERATURA BRASILEIRA E CINEMA

Ementa: Estudo da relação entre literatura e cinema, adaptações fílmicas de obras da literatura brasileira, narrativas literárias e cinematográficas, proporcionando novas práticas de leituras que emergem das intersecções artísticas, cada dia mais comuns nas sociedades contemporâneas.

Bibliografia básica:

AUMONT, Jacques; MARIE, M. **A análise do filme**. Lisboa: Texto e Grafia, 2013.

HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da adaptação**. Florianópolis: EdUFSC, 2013.

PELLEGRINI, Tania. **Literatura, Cinema e Televisão**. São Paulo: Senac, Instituto Itaú Cultural, 2003.

SILVA, Marcel Vieira Barreto. **Adaptação Intercultural**. O caso de Shakespeare no cinema brasileiro. Salvador: EdUFBA, 2013.

STAM, Robert. **A literatura através do cinema**: Realismo, magia e a arte da adaptação. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

Bibliografia Complementar

BAZIN, André. **O que é o cinema?** 8. ed. Madri: RIALP, 2008.

FIGUEIREDO, Lucia Follain de. **Narrativas Migrantes**: Literatura, Roteiro e Cinema. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 7 Letras, 2010

HOLANDA, Heloisa Buarque de. **Macunaíma**: da literatura ao cinema. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

MARTIN, Marcel. **A linguagem cinematográfica**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

STAM, Robert. Teoria e prática da adaptação: da fidelidade à intertextualidade. *In*: CORSEUIL, Anelise (Ed). **Ilha do Desterro**: Film beyond boundaries. Florianópolis, n. 51, julho/dezembro, 2006.

7. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O curso de Letras objetiva formar um profissional atuante e crítico, capaz de transitar pelas diversas áreas do saber a partir dos estudos em linguagem, aliando conhecimento científico, valores culturais e uma prática pedagógica. Essa formação só pode ser atingida através de ações que viabilizem o contato efetivo entre acadêmicos e instituições educacionais.

Nessa formação acadêmica, compreende-se o Estágio como a linha articuladora entre a teoria e prática docente. Como componente curricular obrigatório, é o momento em que o aluno vivencia a realidade profissional, na qual irá desenvolver as competências e as habilidades fundamentais para o futuro exercício docente.

Nesse raciocínio, entende-se que refletir sobre o Estágio requer a atividade anterior e ou concomitante de eleição de uma compreensão de *estágio* a ser assumida, assim como a de professor e de educação: tradicionalmente, a atividade Estágio, nos cursos de formação docente, se efetiva via dois momentos, quais sejam, i) a *observação* e ii) a *regência*. Quando o Estágio é pensado na perspectiva da *observação*, aloca-se a formação docente no âmbito da *imitação* ou da *reelaboração*, essas na perspectiva de uma prática docente modelar. Tal compreensão, se não oferecer outros elementos acerca da prática, pode reduzir-se ao fazer, o qual pode reduzir-se à pura observação de professores em aula e à imitação daquele modelo de docência, sem uma análise crítica fundamentada cientificamente e legitimada na realidade social das práticas pedagógicas, incluindo nessa legitimidade as diretrizes curriculares oficiais que orientam a educação básica, bem como os fundamentos conceituais que as sustentam. No outro extremo, o Estágio é, recorrentemente, também efetivado como *instrumentalização técnica*, tornando-se o momento/espço no qual são desenvolvidas habilidades específicas à profissão – a *regência*, etapa na qual ocorrem as atividades de microensino, que, normalmente, se restringem a técnicas e a metodologias. Por esse direcionamento, o Estágio assume o caráter de atividade prática instrumental, visto que leva ao criticismo vazio das práticas pedagógicas, instituindo a separação teoria e prática.

Diferentemente dessas concepções de Estágio, o Curso de Letras (UFAL-Campus do Sertão), tendo a compreensão de educação como processo e de professor como intelectual em processo de formação, adere à ideia de que o Estágio Supervisionado é um campo de conhecimento e, portanto, possui estatuto epistemológico, tornando-se, uma atitude investigativa, uma atividade de pesquisa. Nesse sentido, o Estágio Supervisionado neste Curso é uma epistemologia da prática, não simplesmente a parte prática do curso, e tem como objetivo principal possibilitar a aproximação às práticas didático-pedagógicas no campo de atuação profissional – as realidades educativas de ensino e de aprendizagem de linguagem (Língua Portuguesa e Literatura).

Por essa conceituação, o Estágio Supervisionado passa a ser compreendido como tematização da prática, uma atividade de teorização de atividades, a partir da inserção dos formandos em situações de ensino e aprendizagem de linguagem, para melhor compreendê-las, tomando-as como processos, que se apresentam como dados a serem analisados à luz dos estudos realizados e em realização no Curso, fundados nos estudos em linguagem em imbricamento com os estudos em educação; é o momento/espço para a problematização na relação das explicações existentes e dos dados novos que as práticas impõem.

O Estágio Supervisionado assim dimensionado atende ao proposto no Art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei 9.694/96, que propõe para a formação docente a associação entre teorias e práticas, e atende do mesmo modo à orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (CNE/CP-01/02), que, em consonância com a LDB mencionada, discorre sobre a necessidade de a formação docente se pautar em práticas investigativas com foco no processo de ensino e de aprendizagem, garantindo a constituição de competências objetivadas na educação básica. Ou seja, assegurando uma formação pautada em processos isomorfos, isto é, que possuem equivalência com as situações de ensino e aprendizagem exigidas para a Educação Básica. Esses aspectos tornam-se parâmetros da tematização da prática.

Em virtude da isomorfia pedagógica, o Estágio Supervisionado atrela-se aos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997; 1998) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2002), no tocante ao ensino e à aprendizagem de língua portuguesa terem como unidade de ensino o texto e como objeto de ensino e de aprendizagem o gênero discursivo, a partir de estudos de linguagem, tendo os eixos *Língua Oral* e *Língua Escrita* e *Análise Linguística*, e nesses a especificidade do texto literário, em sentido de garantir *letramento literário*.

Por essa perspectiva, o Estágio Supervisionado não é uma ação da Universidade na escola. Ao contrário, é uma epistemologia da prática realizada em parceria entre a IES e escolas conveniadas, a partir de um *Programa de Estágio*. Por esse ângulo, o estudante estagiário chega à escola numa recepção planejada. O *Programa de Estágio* se constitui pela delimitação de ações das partes conveniadas, a partir da elaboração de plano em conjunto, realizado a cada semestre. A análise da prática pedagógica se realizará a partir da geração de dados através do registro

em um *diário*, que dará base ao desenvolvimento dos Relatórios Finais de Atividades de Estágio.

Tomando isso como base, a partir do quinto semestre, o aluno começa a realizar atividades de Estágio Supervisionado, as quais se estendem até o último semestre. O Estágio Supervisionado será gerenciado pelo Colegiado do Curso de Letras e realizado em escolas conveniadas das redes públicas (municipais, estaduais ou federais) ou privadas.

Para atender ao que determina a legislação – Lei nº 11.788 de 25/09/2008, os professores orientadores de Estágio do Curso de Letras são responsáveis pelo encaminhamento e acompanhamento efetivo das atividades desenvolvidas pelos estagiários. Para tanto, as instituições de ensino para as quais serão conduzidos os estagiários deverão estar localizadas em Delmiro Gouveia (Sede da UFAL/Campus do Sertão) ou nos municípios próximos, onde residam também os discentes do curso, desde que haja convênio firmado entre a UFAL e essas instituições, possibilitando, desse modo, o acompanhamento efetivo dos estagiários por esses professores.

Os professores orientadores de Estágio Supervisionado farão o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estagiários através de:

- **Visitas periódicas às escolas;**
- **Fichas de frequência**, preenchidas pelo Professor Supervisor e assinadas por este e pela Direção da instituição de ensino ou pelos Coordenadores de área, a serem entregues pelo estagiário ao Professor Orientador ao final de cada mês;
- **Relatos de Acompanhamentos**, nos Estágios Supervisionados I e II, a serem entregues pelo estagiário ao Professor Orientador ao final de cada mês;
- **Planejamentos de aula**, nos Estágios Supervisionados III e IV, a serem entregues mensalmente pelo estagiário ao Professor Orientador antes de ministradas as aulas;
- **Relatórios finais de Atividades de Estágio**, a serem entregues ao final de cada semestre letivo (Estágios Supervisionados I, II, III, IV).

Compete ao Professor Orientador do Estágio Supervisionado, além do acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estagiários, fazer o levantamento das escolas e dos horários referentes às aulas de Língua Portuguesa

nas instituições de ensino selecionadas, encaminhar os estagiários, através de documentação padrão elaborada pela Coordenação de Estágio e realizar a avaliação dos estagiários.

A avaliação dos estagiários será feita em parceria pelo Professor Orientador de Estágio e pelo Professor Supervisor através de:

- **Visitas periódicas às escolas**, assistindo à observação e à regência dos estagiários, relatando aos mesmos, em encontros posteriores, os pontos positivos e passíveis de melhoria, devendo também subsidiá-los na busca de soluções para eventuais dificuldades;

- **Fichas de avaliação**, a serem preenchidas pelo Professor Orientador de Estágio em parceria com o Supervisor;

- **Relatórios finais de Atividades de Estágio**, que deverão ser entregues ao final do semestre em data estipulada pelo Professor Orientador de Estágio.

Acatando o que determina a Resolução Nº 2/2002 do Conselho Nacional de Educação, o aluno estagiário que comprove efetiva atividade docente na disciplina Língua Portuguesa do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental, no Ensino Médio, no 2º ciclo do EJAEF, no EJAEM e no Ensino Técnico poderá ter a redução da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado em até, no máximo, 200 (duzentas) horas. Os alunos que queiram pedir a dispensa das disciplinas de Estágios devem apresentar a seguinte documentação:

- **Atuando na rede privada**: cópia autenticada da Carteira de Trabalho devidamente assinada e Declaração da escola, devidamente assinada pela Direção da Instituição de ensino, contendo as séries e disciplinas lecionadas.

- **Atuando na rede pública: se efetivo**, cópia autenticada da Ficha Funcional e Declaração da escola, devidamente assinada pela Direção da Instituição de ensino, contendo as séries e disciplinas lecionadas. **Se temporário/monitor**: cópia autenticada do Contrato de Trabalho e Declaração da escola, devidamente assinada pela Direção da instituição de ensino, contendo as séries e disciplinas lecionadas.

O Estágio Supervisionado terá como objetivo propiciar aos estudantes a vivência no ambiente escolar, mediante a participação efetiva em atividades escolares e o contato e a reflexão crítica sobre o ensino de Língua Portuguesa (análise linguística, literatura, leitura e produção de textos) na educação básica.

Para atingir o objetivo proposto, os Estágios Supervisionados no curso de Letras serão divididos da seguinte forma:

- **Estágio Supervisionado I** – os estagiários serão encaminhados a instituições de ensino que ofertem turmas dos 6º ao 9º anos de Ensino Fundamental para a execução da pesquisa, da observação e do desenvolvimento de atividades direcionadas ao ensino da Língua Portuguesa nos âmbitos da língua oral, escrita e digital, nos eixos de leitura e produção de textos, literários e não literários, subsidiados pela análise linguística e literária nessa etapa da Educação Básica;

- **Estágio Supervisionado II** – os estagiários serão encaminhados para instituições de ensino que ofertem turmas de Ensino Médio para a execução da pesquisa, da observação e do desenvolvimento de atividades direcionadas ao ensino da Língua Portuguesa e da Literatura, nos âmbitos da língua oral, escrita e digital, nos eixos de leitura e produção de textos, literários e não literários, subsidiados pela análise linguística e literária nessa etapa da Educação Básica;

- **Estágio Supervisionado III** – os estagiários serão encaminhados para instituições de ensino que ofertem turmas de 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental, objetivando a prática do ensino e pesquisa, como também a vivência das atividades cotidianas da escola nos âmbitos da língua oral, escrita e digital, nos eixos de leitura e produção de textos, literários e não literários, subsidiados pela análise linguística e literária nessa etapa da Educação Básica;

- **Estágio Supervisionado IV** – os estagiários serão encaminhados para instituições de ensino que ofertem turmas de Ensino Médio, objetivando a prática do ensino e pesquisa, como também a vivência das atividades cotidianas da escola nos âmbitos da língua oral, escrita e digital, nos eixos de leitura e produção de textos, literários e não literários, subsidiados pela análise linguística e literária nessa etapa da Educação Básica.

Em conformidade com a Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, com a Resolução nº 71/2006-CONSUNI e com as Normas do Estágio Curricular do Curso de Licenciatura em Letras da UFAL/Campus do Sertão, após a finalização de cada etapa do Estágio Supervisionado, o aluno deverá apresentar um relatório final como condição para aprovação. O Relatório de Atividades de Estágio é um documento individual que registra todas as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado.

Toda documentação referente ao Estágio – cópias dos termos de compromisso, fichas de frequência, fichas avaliativas e Relatórios de Atividades de Estágio – deverá ser entregue pelo Professor Orientador do Estágio ao Coordenador de Estágio ao final de cada semestre.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

É condição para a finalização do curso de graduação em Letras/Língua Portuguesa a apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Esse trabalho deve constituir resultado de uma pesquisa desenvolvida pelo aluno sobre tema na área de estudos linguísticos ou literários ou ensino-aprendizagem de língua materna e de literatura de língua portuguesa.

A pesquisa de que resultará o TCC deverá ser iniciada no quinto semestre do curso (a partir de um projeto de pesquisa na disciplina **Pesquisa Educacional**) e será acompanhada por um professor-orientador e supervisionada pelo coordenador do TCC, professor designado especialmente para esta função, a quem compete ainda o encaminhamento de todos os procedimentos necessários para o adequado desenvolvimento do trabalho pelo aluno.

O TCC corresponde a 60 horas/aula, que serão integralizadas na carga-horária total do curso. Sua Regulamentação, proposta pelo NDE do Curso e aprovado pelo Colegiado em Setembro de 2013, está anexa a este PPC.

9. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

As atividades acadêmico-científico-culturais foram instituídas pelo Ministério de Educação e Cultura - MEC e estão contempladas na Lei de Diretrizes e Bases - LDB/96, em Resoluções e Pareceres emitidos pelo CNE.

De acordo com o *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Letras – Habilitação em Língua Portuguesa*, da Universidade Federal de Alagoas-UFAL-Campus do Sertão, as atividades acadêmico-científico-culturais objetivam atender outras exigências de um curso que almeja formar profissionais de ensino, em conformidade com o Parecer CNE/CP 28/2001. Incluem atividades de caráter

científico, cultural e acadêmico que, articuladas ao processo formativo do professor, possam enriquecer essa formação. São previstas 200 horas de atividades (seminários, participação em eventos científicos, monitorias, iniciação à pesquisa, projetos de ensino, estudos afins, participação em movimento estudantil etc.), que podem ser oferecidas pelo próprio curso, por qualquer outro setor acadêmico da UFAL, ou ainda, por qualquer outra instituição de ensino superior reconhecida no país.

O aluno de Letras, além das atividades e aulas obrigatórias previstas para sua formação, pode ainda participar de programas de pesquisa e extensão, como outras atividades complementares à sua qualificação profissional.

Nesse sentido, a Resolução CNE/CP Nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. No seu Art. 1º diz o que segue:

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garantida, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

[...]

IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Em consonância com a proposta pedagógica do Curso de Letras e apoiadas pelos princípios de flexibilidade, de diversificação e de autonomia didático-pedagógica, as *Atividades Acadêmico-Científico-Culturais-AACCs*, integrando a matriz curricular do curso em tela, atendem ao objetivo de se possibilitar aos alunos uma formação cultural, crítica e criativa.

Compete ao aluno estar sempre atualizado em relação ao que é exigido com AACCs. Também cabe a ele verificar junto ao Coordenador do Curso se alguma de suas atividades, constantes da lista de indicação, não recebeu aprovação por parte do professor responsável e, em caso de haver indicação para que seja refeita, proceder às alterações solicitadas pelo coordenador. Caso o aluno, de acordo com o espírito de autonomia na condução de seu curso, realize alguma atividade não indicada, mas que julgue importante para a sua formação, deve preencher o relatório apropriado e submetê-lo à aprovação. O aluno deverá ter consciência de que, no caso de não-validação, não caberá apresentação de recurso.

Por fim, entendemos que as *Atividades Acadêmico-Científico-Culturais* vão formar no aluno, em concomitância com as outras atividades que compõem a carga

horária do curso, o enriquecimento do perfil científico, cultural e acadêmico. Nesse sentido, é possível dizer que os alunos do curso do Letras-UFAL-Campus do Sertão deverão estar convivendo com uma diversidade de atividades em que o universo acadêmico em geral deverá propor em relação às práticas pedagógicas e às culturas locais e globais.

CURSO DE LETRAS – UFAL/CAMPUS DO SERTÃO DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA PARA VALIDAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE AACCs

Nº do Evento	Atividades	Horas atribuídas (Valores Máximos)	Documentação comprobatória
01	Participação em atividades de extensão Colaborador: 20; Bolsista: 40	80	De acordo com o certificado expedido pelo órgão organizador
02	Participação em eventos científicos. Ouvinte: 10 Apresentação: Local (10); Regional (30); Internacional (50)	100	De acordo com o certificado expedido pelo órgão organizador limitado a até 10 horas por evento. Ouvinte – horas relacionados ao evento. Apresentação de trabalhos: máximo 10 horas.
03	Participação em grupo de estudo.	10	De acordo com o certificado expedido limitado a até 10 horas por semestre.
04	Realização de monitoria.	50	Carga horária atestada (até um máximo de 20 horas por semestre)
05	Representação em órgão colegiado, estudantil	20	De acordo com participação confirmada em horas das reuniões.
06	Realização de estágio extracurricular.	50	De acordo com a avaliação da atividade pelo professor orientador, limitado a até 10 horas por evento.
07	Publicação de trabalho/livro na área de formação ou área	50	De acordo com a avaliação da atividade pelo

	afim Anais: 20; Revistas/Jornais: 30; Livro: 50		professor orientador, limitado a até 20 horas por evento.
08	Realização de disciplina em outro curso superior	20	De acordo com Histórico Escolar ou declaração.
09	Realização de curso de língua estrangeira ou de informática ou realização de programas de intercâmbio cultural	20	De acordo com o certificado expedido pelo órgão organizador. Máximo 20 horas.
10	Organização de eventos – 20 por evento	50	Declaração emitida pela Coordenação do Evento e Coordenação do Curso.
11	Apreciação de filmes indicados por professores e/ou Coordenação de Curso de Letras , Peças teatrais indicadas por professores e/ou Coordenação do Curso , Participação em Apresentação de dança/música , Participação em Festas folclóricas, Visita a Museus, Visita a Feiras de Cultura, Visita a Feiras de Livros, Visita a Centros Históricos, Exposições, Participação em Eventos Literários e/ou Comparecimento em lançamento de livros, Participação em atividades de turismo cultural orientado e/ou atividade de inclusão social etc., Participação em Eventos Esportivos, Observação e Visitas Técnicas em locais relacionados ao curso, Outros.	2	Declaração emitida pela Coordenação do Evento e julgada como procedente pelo Colegiado do Curso.

10. AVALIAÇÃO

Entende-se por avaliação um processo contínuo de geração de informações que norteiem as ações pedagógicas e a gestão acadêmica, visando ao crescimento qualitativo do curso. Esse processo permite que todos avaliem e sejam igualmente avaliados nas seguintes dimensões: a) avaliação do Projeto Político-pedagógico; b) avaliação do corpo discente; c) avaliação do corpo docente; d) avaliação externa.

O curso de Letras da UFAL executa periodicamente por um processo de avaliação interna, visando a garantir a abertura para possíveis reajustes e futuras reformulações. Essa comissão interna de avaliação, constituída no âmbito do curso pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), é formada por docentes, designada para este fim, avalia, baseado em critérios e recursos previamente discutidos pela comunidade acadêmica, os seguintes aspectos: a) o contexto do curso – campo de trabalho, perfil do ingressante; b) finalidade do curso – alcance dos objetivos e das estratégias, evolução das áreas do conhecimento pertinentes ao curso; c) resultado do projeto do curso – índice de evasão e reprovação e desempenho dos egressos; d) aspectos técnico-administrativo-acadêmicos – qualificação e desempenho dos professores e profissionais técnico- administrativos; e) instalações físicas.

O Núcleo Docente Estruturante estabelece diálogos: no âmbito do curso, com a coordenação; no âmbito do Campus do Sertão, com a Comissão de Autoavaliação (CAA); no âmbito da Universidade Federal de Alagoas, com a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) por meio dos seguintes instrumentos:

1. CPA – avaliação institucional DOCENTE via Sie Web (sistema acadêmico);
2. CPA – avaliação institucional DISCENTE via Sie Web (sistema acadêmico);
3. Avaliação docente via formulário padrão disponibilizado pela coordenação de curso ao fim de cada semestre letivo;
4. CAA/CPA - Curso de Formação de membros do NDE;
5. Câmara Acadêmica do Conselho - Relatório docente de Estágio Probatório;
6. Coordenação de Pesquisa – Relatórios parcial/final de Projetos e Programas de Pesquisa vinculados ao curso;
7. Coordenação de Extensão – Relatórios parcial/final de Projetos e programas de extensão vinculados ao curso;

A avaliação permanente do Projeto Pedagógico do Curso é importante para aferir o sucesso do novo currículo para o curso, como também para certificar-se de alterações futuras que venham a melhorar este projeto, vez que o projeto é dinâmico e deve passar por constantes avaliações. Desta forma, este Projeto Político Pedagógico foi inicialmente concebido por um grupo de trabalho ligado ao curso de Letras da UFAL-Campus A. C. Simões. As modificações, desde então, estão no campo de modificação parcial do PPC, como rearranjo da disposição das disciplinas obrigatórias (2011) e inserção das Regulamentações de TCC, de Estágio Supervisionado e de AACCC (2013).

Para tal, o NDE do Curso, constituído em março de 2013, tem realizado reuniões mensais em prol da reflexão, proposição e aprovação destes elementos do processo de ensino-aprendizagem, do plano político-pedagógico e das atividades curriculares.

Os mecanismos utilizados permitem uma avaliação institucional e uma avaliação do desempenho acadêmico – ensino e aprendizagem – de acordo com as normas vigentes, viabilizando uma análise diagnóstica e formativa durante o processo de implementação do referido projeto.

Assim, no que diz respeito à avaliação de rendimento escolar, o curso segue as instruções normativas da UFAL.

O sistema de avaliação das disciplinas das matrizes curriculares da UFAL é dividido em 2 (dois) bimestres. Para cada uma das AB (Avaliação Bimestral), o professor precisa avaliar o aluno somativa e formativamente, ou seja, por meio de provas, mas também de, no mínimo, uma atividade extra, como seminários, resumos, resenhas, fichamentos, relatórios de pesquisas ou de visitas *in loco*, entre outras. Não conseguidos os pontos necessários para aprovação após as duas AB, o aluno tem direito a uma reavaliação, e, caso ainda não tenha atingido a média 7 (sete), terá direito a uma recuperação final.

Já a avaliação do desempenho docente é efetivada pelos alunos/disciplinas, fazendo uso de formulário próprio e de acordo com o processo de avaliação institucional, e pela Avaliação de Progressão Funcional de Estágio Probatório.

O Curso é constantemente avaliado também pela sociedade por meio da ação/intervenção docente/discente expressa na produção e nas atividades

concretizadas no âmbito da extensão universitária em parceria com a rede privada e estágios curriculares não obrigatórios.

O roteiro proposto pelo INEP/MEC para a avaliação das condições de ensino também serve de instrumento para avaliação, sendo o mesmo constituído pelos seguintes tópicos:

1. Organização didático-pedagógica: administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação;

2. Corpo docente: formação profissional, condições de trabalho; atuação e desempenho acadêmico e profissional;

3. Infraestrutura: instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos.

Desta forma, a avaliação é um mecanismo que contribui para obter as respostas dadas às demandas sociais, da comunidade científica e deve ser compreendida como um processo amplo e participativo, respeitando os critérios estabelecidos no regulamento geral dos cursos de graduação da UFAL.

11. CONDIÇÕES DE VIABILIDADE

A infraestrutura da sede do Campus do Sertão da UFAL foi completamente construída para permitir o acesso de pessoas com deficiência parcial ou total dos membros inferiores e que possuem capacidade motora reduzida.

Todos os acessos possuem portas amplas e dispõe de rampas que permitem a passagem de cadeirantes. Para o acesso ao bloco administrativo, à biblioteca e às salas de aulas e laboratórios, fica à disposição dos estudantes e servidores técnicos e docentes uma rampa, disponível principalmente para aqueles que necessitam de auxílio para chegar às dependências do *campus*. Também todos os banheiros dispostos *nocampus* possuem sanitários adaptados para pessoas com necessidades especiais.

O setor ainda tem carências no atendimento às pessoas com necessidades especiais, como o acesso à entrada principal do *campus*. Isso se deve principalmente por este ainda estar em construção. No entanto, há, desde o início, uma preocupação constante para com a melhoria da acessibilidade.

Para tratar dessa questão, o Campus do Sertão da UFAL conta com um Núcleo de Assistência Estudantil (NAE), vinculado à PROEST. Dentre os objetivos deste setor, estão a discussão e implementação de estratégias que garantam o ingresso e o acesso de estudantes com algum tipo de deficiência nos cursos de graduação do *campus*. No site da instituição, o aluno tem acesso aos vários serviços oferecidos pela Assistência Estudantil, a saber: Encaminhamento Médico, Cartão Odontológico, Ajuda de Custo, Bolsa Permanência, Bolsa de Desenvolvimento Institucional - BDI, Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia, Restaurante Universitário(em construção), Residência Universitária(em licitação)⁶.

A disciplina de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) também se constitui na matriz curricular obrigatória do curso no segundo período. Quando necessário, o professor desta disciplina, também integrante do Colegiado de Curso, se dispõe a fazer a tradução simultânea da língua oral para a língua de sinais. Assim, o curso de licenciatura em Letras-Português possibilita o estudo e a reflexão sobre educação inclusiva.

⁶

Disponível em <http://www.ufal.edu.br/estudante/o-estudante/assistencia-estudantil/servicos-oferecidos>

Os Espaços de convivência do *campus* também permitem a integração entre os alunos do curso e entre estes e os demais alunos/servidores, como um pátio e uma área gramada, a sala dos Centros Acadêmicos.

As transformações científicas e tecnológicas exigem novos saberes. Dentre eles, é imperativo o domínio do uso de computadores e de outras tecnologias no processo ensino-aprendizagem, responsáveis por grandes mudanças em todos os campos da atividade humana.

Assim, o curso de Licenciatura em Letras-Português faz uso dos materiais dos Laboratórios de Informática, do Laboratório de Linguagem e do LIAPI, todos integrados em rede local e com acesso à Internet, podendo ser utilizados pelos professores e alunos das disciplinas do curso em pesquisas, impressões e aulas práticas. Estes laboratórios, que funcionam em salas próprias no espaço físico do Campus do Sertão, são usados em aulas e em atividades extraclases, com a finalidade de atender às necessidades específicas das disciplinas e professores.

No Laboratório de Linguagem, especificamente, são desenvolvidas atividades próprias das disciplinas de Libras, de Línguas e de disciplinas multimodais, entre outras. Ademais, é utilizado como instrumento para elaboração de trabalhos escolares, especialmente para os alunos que não dispõem de computadores/acesso à internet, além de possibilitar o intercâmbio de experiências através da comunicação simultânea via Internet com alunos, professores e centros de referência no Brasil e no exterior.

12. REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I e II**. Campinas: Pontes, 1988.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília. Conselho Nacional de Educação.2001.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional: (Lei 9.394/96) / apresentação Carlos Roberto Jamil Cury**. 4. ed.- Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
- BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Brasília. Presidência da República, 2003.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília, SEF/MEC, 1998.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília. Senado Federal, UNESCO, 2001.
- BRZEZINSKI, Iria (Org.) **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo:Cortez, 2000.
- CALVET, Louis-Jean. **Las políticas lingüísticas**. Buenos Aires: Edicial, 1997.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 5. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- CAVALCANTI, M. & MOITA LOPES, L. P. **Implementação da pesquisa na sala de aula de línguas no contexto brasileiro**. Trabalhos em Linguística Aplicada. Campinas, n. 17, 1991.
- FREITAS, Alice Cunha de; CASTRO, Maria de Fátima F. (Orgs.). **Língua e literatura: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2003.
- GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. Guia da escola Cidadã. São Paulo: Cortez, 1997. pp 33-41.
- GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino**. Exercícios de militância e divulgação. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- GREGORY, Michael; CARROLL, Susanne. **Language and situation: language and society**. London, UK: Western Printing Services Ltd, 1978.
- HAGÈGE, Claude. **Halte à la mort des langues**. Paris: Ed. Odile Jacob, 2001.
- KRAMSCH, Claire. **Context and Culture in Language Teaching**. Oxford: OUP, 2000.
- LAZAR, Gillian. **Literature and Language Teaching**. Cambridge. CUP, 1993.
- LICERAS, J.M..**La adquisición de las lenguas extranjeras**. Madrid, Visor, 1992, pp. 143-152.
- LYONS, John. **Linguística. Linguagem e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARTIN, Robert. **Para entender a linguística: epistemologia elementar de uma disciplina**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo, São Paulo: Parábola, 2003. p. 161-180.

MEC. **Orientações curriculares para o Ensino Médio**. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/seb

NUÑEZ, Carlinda Fragale Pate *et al.* **O teatro através da história: o teatro ocidental**. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1994. v. 1.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

RIVENC, Paul. **Pour aider à communiquer dans une langue étrangère**. Paris: Didier Éruditions, et Centre International de Phonétique appliquée. 2001.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.

SILVA, Aracy Lopes & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org). **A Temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC / MARI / UNESCO, 1995.

SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. **Teoria da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

TRUDGILL, Peter. **Sociolinguistics: an introduction**. Great Britain: Penguin Books, 1974.

VEIGA, I. P. A. e FONSECA, Marília (Orgs.) **As dimensões do projeto político-pedagógico**. São Paulo: Papirus, 2001.

VVAA. **Hispanismo 2002. Lengua, literatura y cultura**. São Paulo: Humanitas/Associação Brasileira de Hispanistas, 2004.

ANEXOS

- A. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DOS CURSOS;
- B. DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE LETRAS;
- C. INSTITUI O NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) NO ÂMBITO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAL;
- D. REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE LETRAS-PORTUGUÊS DA UFAL/CAMPUS DO SERTÃO;
- E. A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICORRACIAIS;
- F. A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS;
- G. NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA;
- H. PROPOSTA DE DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL;
- I. DISCIPLINA OS ESTÁGIOS CURRICULARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAL;
- J. COMPONENTES CURRICULARES COMUNS PARA OS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UFAL, A PARTIR DO ANO LETIVO DE 2006;
- K. CARGA HORÁRIA MÍNIMA E PROCEDIMENTOS RELATIVOS À INTEGRALIZAÇÃO E DURAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO, BACHARELADOS, NA MODALIDADE PRESENCIAL.

ANEXO A

PARECER CNE/CES 492/2001 - HOMOLOGADO Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação

UF: DF

ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia

RELATOR(A): Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo

PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69

PARECER N.º: CNE/CES 492/2001

COLEGIADO: CES APROVADO EM: 03/04/2001

I – RELATÓRIO

Trata o presente de diversos processos acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia remetidas pela SESu/MEC para apreciação da CES/CNE. A Comissão constituída pelas Conselheiras Eunice Ribeiro Durham, Vilma de Mendonça Figueiredo e Silke Weber analisou as propostas provindas da SESu referentes aos cursos mencionados e procedeu a algumas alterações com o objetivo de adequá-las ao Parecer 776/97 da Câmara de Educação Superior, respeitando, no entanto, o formato adotado pelas respectivas Comissões de Especialistas que as elaboraram. A Comissão retirou, apenas de cada uma das propostas, o item relativo à duração do curso, considerando o entendimento de que o mesmo não constitui propriamente uma diretriz e será objeto de uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior, o que foi objeto do Parecer CNE/CES 583/2001.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

A Comissão recomenda a aprovação das propostas de diretrizes dos cursos mencionados na forma ora apresentada.

Brasília(DF), 03 de abril de 2001.

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)

Conselheiro(a) Eunice Ribeiro Durham

Conselheiro(a) Vilma de Mendonça Figueiredo

Parecer CES 492/2001 2

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a). Sala das Sessões, em 03 de abril de 2001.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente
Conselheiro Jose Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

ANEXO B

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE LETRAS PARECER CES 492/2001

Introdução

Esta proposta de Diretrizes Curriculares leva em consideração os desafios da educação superior diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional. Concebe-se a Universidade não apenas como produtora e detentora do conhecimento e do saber, mas, também, como instância voltada para atender às necessidades educativas e tecnológicas da sociedade. Ressalta-se, no entanto, que a Universidade não pode ser vista apenas como instância reflexa da sociedade e do mundo do trabalho. Ela deve ser um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos.

A área de Letras, abrigada nas ciências humanas, põe em relevo a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas.

Decorre daí que os cursos de graduação em Letras deverão ter estruturas flexíveis que:

- facultem ao profissional a ser formado opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho;
- criem oportunidade para o desenvolvimento de habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho profissional;
- dêem prioridade à abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno;
- promovam articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além de articulação direta com a pós-graduação;
- propiciem o exercício da autonomia universitária, ficando a cargo da Instituição de Ensino Superior definições como perfil profissional, carga horária, atividades curriculares básicas, complementares e de estágio.

Portanto, é necessário que se amplie o conceito de currículo, que deve ser concebido como construção cultural que propicie a aquisição do saber de forma articulada. Por sua natureza teórico-prática, essencialmente orgânica, o currículo deve ser constituído tanto pelo conjunto de conhecimentos, competências e habilidades, como pelos objetivos que busca alcançar. Assim, define-se currículo como todo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integralizam um curso. Essa definição introduz o conceito de atividade acadêmica curricular – aquela considerada relevante para que o estudante adquira competências e habilidades necessárias a sua formação e que possa ser avaliada interna e externamente como processo contínuo e transformador, conceito que não exclui as disciplinas convencionais.

Os princípios que norteiam esta proposta de Diretrizes Curriculares são a flexibilidade na organização do curso de Letras e a consciência da diversidade / heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere à sua formação anterior, quanto aos interesses e expectativas em relação ao curso e ao futuro exercício da profissão.

A flexibilização curricular, para responder às novas demandas sociais e aos princípios expostos, é entendida como a possibilidade de: • eliminar a rigidez estrutural do curso; • imprimir ritmo e duração ao curso, nos limites adiante estabelecidos; • utilizar, de modo mais eficiente, os recursos de formação já existentes nas instituições de ensino superior.

A flexibilização do currículo, na qual se prevê nova validação de atividades acadêmicas, requer o desdobramento do papel de professor na figura de orientador, que deverá responder não só pelo ensino de conteúdos programáticos, mas também pela qualidade da formação do aluno. Da mesma forma, o colegiado de graduação do curso de Letras é a instância competente para a concepção e o acompanhamento da diversidade curricular que a IES implantará.

Diretrizes Curriculares

1. Perfil dos Formandos

O objetivo do Curso de Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro. Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades lingüísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos lingüísticos e literários.

2. Competências e Habilidades

O graduado em Letras, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira clássica ou moderna, nas modalidades de bacharelado e de licenciatura, deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela. Nesse sentido, visando à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e suas culturas para atuar como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades, o curso de Letras deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- domínio do uso da língua portuguesa ou de uma língua estrangeira, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações lingüísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
- preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- percepção de diferentes contextos interculturais;
- utilização dos recursos da informática;
- domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

O resultado do processo de aprendizagem deverá ser a formação de profissional que, além da base específica consolidada, esteja apto a atuar, interdisciplinarmente, em áreas afins. Deverá ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. O profissional de Letras deverá, ainda, estar comprometido com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as conseqüências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente, deverá ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca permanente da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

3. Conteúdos Curriculares

Considerando os diversos profissionais que o curso de Letras pode formar, os conteúdos caracterizadores básicos devem estar ligados à área dos Estudos Lingüísticos e Literários, contemplando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas. Os estudos lingüísticos e literários devem fundar-se na percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais. Devem articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática – essenciais aos profissionais de Letras, de modo a dar prioridade à abordagem

intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade.

De forma integrada aos conteúdos caracterizadores básicos do curso de Letras, devem estar os conteúdos caracterizadores de formação profissional em Letras. Estes devem ser entendidos como toda e qualquer atividade acadêmica que constitua o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, e incluem os estudos lingüísticos e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, seminários, congressos, projetos de pesquisa, de extensão e de docência, cursos seqüenciais, de acordo com as diferentes propostas dos colegiados das IES e cursadas pelos estudantes.

No caso das licenciaturas deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam. O processo articulatório entre habilidades e competências no curso de Letras pressupõe o desenvolvimento de atividades de caráter prático durante o período de integralização do curso.

4. Estruturação do Curso

Os cursos devem incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura, e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado. Os cursos de licenciatura deverão ser orientados também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior.

5. Avaliação

A avaliação a ser implementada pelo colegiado do curso de Letras deve constituir processo de aperfeiçoamento contínuo e de crescimento qualitativo, devendo pautar-se: • pela coerência das atividades quanto à concepção e aos objetivos do projeto pedagógico e quanto ao perfil do profissional formado pelo curso de Letras; • pela validação das atividades acadêmicas por colegiados competentes; • pela orientação acadêmica individualizada; • pela adoção de instrumentos variados de avaliação interna; • pela disposição permanente de participar de avaliação externa.

ANEXO C

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores - SECS/UFAL
RESOLUÇÃO Nº 52/2012-CONSUNI/UFAL,
de 05 de novembro de 2012.

**INSTITUI O NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) NO
ÂMBITO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAL.**

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Alagoas – CONSUNI/UFAL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo ESTATUTO e REGIMENTO GERAL da UFAL e de acordo com a deliberação tomada, por ampla maioria, na sessão ordinária mensal ocorrida em 05 de novembro de 2012;

CONSIDERANDO as determinações contidas na Portaria MEC nº. 147/2007, de 02/02/2007, bem como a Resolução CONAES nº. 01/2010 e o Parecer nº. 04/2010, de 17/06/2012, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, que tratam da normatização, dos princípios, da criação e da finalidade do Núcleo Docente Estruturante;

CONSIDERANDO os artigos 25 e 26 do Regimento Geral da UFAL, que tratam da composição e das atribuições dos Colegiados dos Cursos de Graduação da UFAL;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o NÚCLEO DOCENTE ESTRURANTE – NDE, no âmbito dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Alagoas e estabelecer as normas de seu funcionamento e constituição.

Art. 2º - O NDE de cada Curso de Graduação da UFAL é o órgão consultivo e propositivo em matéria acadêmica, de apoio e assessoramento ao Colegiado, sendo formado por docentes da respectiva Unidade Acadêmica para acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização do Projeto Político Pedagógico do Curso. Art. 3º - O NDE terá as seguintes atribuições: I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e consoantes com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação. Art. 4º - O NDE será composto por docentes indicados pelo Colegiado do Curso, garantindo-se a representatividade das diversas áreas de conhecimento, com posterior aprovação pelo Conselho da Unidade Acadêmica ao qual o curso esteja vinculado. Art. 5º - A composição do NDE deverá observar as seguintes proporções: I. Ser constituído por um mínimo de 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso, preferencialmente graduados na área do respectivo curso;

II. Ter pelo menos 60% (sesenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação Stricto Sensu; III. Ter pelo menos 20% (vinte por cento) de seus membros em regime de trabalho de tempo integral. Parágrafo Único - Os membros integrantes do NDE serão designados em Portaria do Reitor. Art. 6º - Os membros do NDE devem ter mandato de, pelo menos, 03 (três) anos, sendo adotadas estratégias de renovações parciais, de modo a assegurar a continuidade no pensar pedagógico do curso. Art. 7º - O Coordenador do NDE será escolhido por seus pares, cabendo-lhe as seguintes atribuições: I. Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade; II. Encaminhar as propostas do NDE; III. Designar relator ou comissão

para estudo de matéria a ser tratada pelo NDE; IV. Designar um representante do NDE para secretariar e lavrar as atas. Art. 8º - O NDE deverá reunir-se, ordinariamente, ao menos uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Coordenador, por dois terços dos seus membros ou pelo Colegiado de Curso. § 1º - A convocação de todos os seus membros é feita pelo Coordenador por e-mail ou mediante aviso expedido pela Secretaria da Unidade Acadêmica, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas úteis antes da hora marcada para o início da sessão com a pauta da reunião. § 2º - Somente em casos de reuniões extraordinárias poderá ser reduzido o prazo de que trata o parágrafo anterior para 24 (vinte e quatro) horas, desde que todos os membros do NDE tenham conhecimento da convocação e ciência das causas determinantes da sessão.

Art. 9º - O Coordenador será substituído nas faltas e impedimentos por um membro do NDE escolhido por seus pares.

Parágrafo Único - As reuniões serão iniciadas com a maioria simples de seus membros. Art. 10 - No prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Resolução, os Núcleos Docentes Estruturantes de todos os cursos de graduação deverão estar implantados no âmbito da Universidade Federal de Alagoas. Art. 11 - As Unidades Acadêmicas da UFAL poderão elaborar resoluções internas que atendam as suas especificidades, respeitando-se a presente Resolução. Art. 12 - A Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD será a instância de articulação permanente e de apoio para a consolidação e o desenvolvimentos das atividades dos NDEs. Art. 13 - Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD/UFAL. Art. 14 - Esta Resolução entra em vigor nesta data. Sala dos Conselhos Superiores da Universidade Federal de Alagoas, em 05 de novembro de 2012.

Prof. Eurico de Barros Lôbo Filho

Presidente do CONSUNI



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO - DELMIRO GOUVEIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS

RESOLUÇÃO Nº 01/2013

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO

Regulamenta o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Letras da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão e dá outras providências.

A Comissão de TCC, o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Letras e o Colegiado de Curso de Letras da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, no uso de suas atribuições, passam a regulamentar a **elaboração** e **apresentação** dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Letras da UFAL/Campus do Sertão, segundo as seguintes disposições:

Art. 1º - As normas expressas na presente Resolução quanto ao Trabalho de Conclusão de Curso, doravante TCC, passam a reger os TCC do Curso de Letras da UFAL/Campus do Sertão, cujo objetivo é nortear alunos e professores orientadores sobre as suas disposições, orientando-os quanto às normas de funcionamento, programas e disciplinas a serem cumpridas pelos mesmos, a fim de favorecer um completo processo de formação profissional que articule ensino, pesquisa e extensão.

Art. 2º - Por Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) entende-se a Monografia, compreendida como um texto acadêmico, escrito pelos alunos do Curso de Letras, resultado de uma pesquisa, obrigatoriamente vinculada às orientações de pesquisas do Curso, e sob a orientação de um(a) docente vinculado(a) ao Curso de Letras do Campus do Sertão.

§ 1º - A pesquisa deve tomar corpo a partir de um problema de pesquisa que inquiete o acadêmico e que esteja situado nos estudos em linguagem, sejam em Literatura ou Teoria Literária, sejam em Linguística, sejam em Linguística Aplicada, sejam em Filologia, sejam na interface Linguagem e Educação (ensino de Língua Portuguesa ou ensino de Literatura).

§ 2º - Espera-se da Monografia que possua avaliação, em seu tema, abordagem e metodologia de geração e análise de dados, viável para a extração de um artigo publicável em revista especializada, passível de apresentação em congressos da área e submissão a concursos de monografia.

Art. 3º - A elaboração dessa regulamentação de TCC está de acordo com o Parecer CNE/CES 492, de 2001, o Parecer CNE/CES 1.363, de 2001, a Resolução CNE/CES 18, de 2002 e o Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras da UFAL/Campus do Sertão – UFAL/2013.

Art. 4º - O TCC é um mecanismo de complementação do ensino e da aprendizagem do(a) aluno(a), devendo ser desenvolvido por ele/ela, orientado e acompanhado por um(a) docente desta Universidade, em conformidade com o currículo, programas e calendários escolares, sendo condição para obtenção do diploma de Conclusão de Curso.

Art. 5º - As orientações epistemológicas para a pesquisa e os aspectos técnicos/formais de sua escrita devem ser ofertadas durante o Curso, em disciplinas que focalizam a pesquisa, como “Produção do Conhecimento: Ciência e Não Ciência” (1º Período), “Pesquisa Educacional” (6º Período) e em outras disciplinas que fundamentam conceitual e metodologicamente estudos em linguagem, conforme o parágrafo 1º do Art. 2º.

§ 1º - O projeto de pesquisa deve se estruturar a partir do 5º período, inicialmente sob a orientação do professor da disciplina “Pesquisa Educacional”.

§ 2º A apreciação do projeto e as orientações de pesquisa devem ter início no 7º período sob a orientação de um(a) professor(a) orientador(a) vinculado(a) ao Curso de Letras da UFAL/Campus do Sertão, formalizada mediante apresentação de Carta de Aceite do professor orientador.

§ 3º Há a possibilidade de coorientação externa de docentes, desde que vinculados a uma Instituição de Ensino Superior (IES), bem como apresente titulação mínima de Especialista. As atribuições do coorientador são de contribuir teórico-metodologicamente com a pesquisa.

§ 4º Os casos excepcionais em relação à coorientação poderão ser decididos pelo Colegiado do Curso de Letras.

Art. 6º - O projeto de pesquisa e o TCC devem atender às normas da ABNT e do guia Padrão UFAL de Normalização/2013.

Art. 7º - O projeto de pesquisa e o TCC devem, quanto ao uso da linguagem, expressar letramento acadêmico por parte do graduando, isto é, a leitura crítica e autônoma na (re)construção de saberes e a operacionalização do discurso acadêmico, em seus aspectos linguístico-enunciativo-discursivos. Para tal, deve ter as diversas disciplinas ofertadas pelo Curso de Letras como base para essa aquisição, mais diretamente a disciplina “Leitura e Produção de Textos em Língua Portuguesa II” e indiretamente as disciplinas “Lógica, Informática e Comunicação” e “Leitura e Produção de Textos em Língua Portuguesa I”.

Art. 8º - Fica estabelecido que o limite máximo de TCC por orientador seja 8 (oito), salvo nos casos em que haja o interesse particular do(a) orientador(a) em exceder este limite.

Art. 9º - Ao final do 8º período, no prazo de até 30 dias antes do término do semestre, o TCC deve ser apresentado à coordenação de TCC, juntamente com a composição da Banca Examinadora por meio de Cartas de Aceite. O trabalho deverá ser encaminhado no mesmo período à Banca Examinadora, contendo entre **30 (trinta) e 50 (cinquenta) laudas textuais**.

Art. 10º - Compete à Coordenação de TCC, entre outras atribuições:

- I.** Realizar a coordenação acadêmica dos trabalhos finais de graduação;
- II.** Acompanhar e orientar periodicamente as atividades docentes e discentes vinculadas ao TCC, através de reuniões;
- III.** Elaborar e manter atualizado, juntamente com a Coordenação do Curso de Letras, o Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado do Curso de Letras, a Regulamentação do

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovada por estas instâncias;

IV. Organizar e divulgar o calendário de apresentação dos TCC.

V. Disponibilizar para divulgação, em local público, a relação contendo o nome dos(as) alunos(as) e a respectiva data da apresentação dos TCC;

Art. 11 – O(a) aluno(a) deve convidar o(a) professor(a) que irá orientar o seu TCC, conforme a área de estudo de cada docente. Tal orientação será condicionada à aceitação por parte do(a) professor(a), formalizada através da Carta de Aceite anexa a esta Resolução

Art. 12 – O TCC deve se caracterizar como uma pesquisa **bibliográfica, empírica ou bibliográfica/empírica**. No caso da pesquisa **cujo objeto envolva seres humanos e animais**, conforme Art. 66 do Estatuto e Regimento Geral da UFAL/2006, o TCC deverá ser submetido ao Comitê de Ética da UFAL, conforme Regimento Interno da Instituição (Resolução CNS/196/1996).

Art. 13 – No início do 7º período, o(a) professor(a) orientador(a) deve encaminhar à Comissão de TCC a **Ficha de Planejamento de TCC** devidamente assinada e realizar orientação conforme calendário pré-estabelecido no referido documento.

Art. 14 - Durante o período de orientação do TCC, o(a) professor(a) orientador(a), com base nesta regulamentação, atenderá aos critérios avaliativos da Banca Examinadora, devendo:

I. Cumprir o cronograma das atividades programadas no período especificado;

II. Apresentar à Comissão de TCC, trinta dias antes do final do semestre, os nomes que compõem a Banca Examinadora, bem como a **Ficha de Acompanhamento de Orientação**;

III. Entregar à Comissão de TCC, em até 5 (cinco) dias úteis após a Defesa, o Parecer ou Ata de apresentação final do TCC.

Art. 15 - É dever do(a) aluno(a):

I. Escolher a temática que será abordada no TCC, com exclusiva responsabilidade sobre a escolha, de acordo com o parágrafo 1º do Artigo 2º desta Resolução;

II. Ser aprovado/a, previamente, na disciplina de Pesquisa Educacional;

III. Ser assíduo/a e pontual nos encontros agendados com o(a) professor(a) orientador(a);

IV. Desenvolver as tarefas solicitadas pelo(a) professor(a) orientador(a), de acordo com o cronograma pré-estabelecido;

V. Entregar o TCC no prazo estabelecido e de acordo com os padrões e normas da ABNT vigentes e o guia Padrão UFAL de Normalização/2013;

VI. Caso o TCC tenha sido reprovado ou o aluno não o tenha apresentado, este deve realizar matrícula na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso em semestre letivo subsequente, não ultrapassando o período de integralização;

VII. Encaminhar à Banca Examinadora o TCC com 04 (quatro) cópias encadernadas (espiral) até 30 (trinta) dias corridos antes do término do 8º período;

VIII. Entregar à Comissão de TCC, até 60 (sessenta) dias após a aprovação do TCC pela Banca Examinadora, 01 (uma) cópia do trabalho, em capa dura, padronizada pelo curso, e 01 (uma) cópia em CD-Rom para o acervo da biblioteca do *campus*, conforme regras vigentes da ABNT e do guia Padrão UFAL de Normalização/2013, contendo ficha catalográfica, elaborada pela Biblioteca do *campus*.

Art. 16 - É direito do(a) orientador(a) desligar o(a) aluno(a) de sua orientação caso o(a) mesmo(a) não cumpra o disposto no Art. 15 desta regulamentação.

Art. 17 - O TCC deve ser realizado individualmente, apresentado e avaliado por Banca

Examinadora, que atribuirá nota ao(s) discente(s), ao final do 8º período.

Art. 18 - Para aprovação no TCC, o(a) aluno(a) deve obter nota igual ou superior a 7,0 (sete), resultante da média aritmética entre as notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

Art. 19 - A avaliação do TCC é realizada pela Banca Examinadora considerando:

I. Do trabalho escrito:

- a) tema e problema de pesquisa vinculados aos estudos em linguagem, conforme o Parágrafo 1º do Artigo 2º desta resolução;
- b) abordagem metodológica na geração e análise de dados e sua relação com o problema de pesquisa e os objetivos propostos;
- c) fundamentação teórica e sua relação com o problema de pesquisa e os objetivos propostos;
- d) nível de letramento acadêmico;
- e) aspectos técnico-formais, considerando as normas da ABNT e do guia Padrão UFAL de Normalização/2013.

II. Da defesa do trabalho:

- a) cumprimento do tempo mínimo e máximo estabelecido;
- b) síntese e coerência com o trabalho escrito;
- c) domínio da linguagem acadêmica aplicada à exposição oral e aos recursos didáticos;
- d) domínio do tema e do problema de pesquisa, da abordagem metodológica e teórico-conceitual.

Parágrafo único – A nota final do TCC é composta pela média aritmética das notas referentes ao trabalho escrito e à defesa do TCC. Nessa avaliação, a **Ficha de Avaliação do TCC** anexa dispõe a distribuição dos critérios e suas respectivas pontuações.

Art. 20 - Em caso de reprovação, cabe recurso, mediante justificativa apresentada à Comissão de TCC no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a defesa do trabalho. Caberá a essa Comissão o deferimento ou indeferimento do recurso. Se deferido, esta Comissão designará dois docentes da área de pesquisa mais o professor orientador do trabalho para uma reavaliação desse TCC.

Parágrafo Único – Em caso de reprovação por plágio, não cabe recurso.

Art. 21 - A Banca Examinadora será composta pelo(a) professor(a) orientador(a) e por dois professores convidados, sendo um(a) professor(a) obrigatoriamente do mesmo curso, interno, e outro(a) professor(a) podendo ser um docente externo, desde que vinculados à área/temática do estudo, atendendo à titulação mínima de Especialista.

Art. 22 – A defesa do TCC é dividida em quatro etapas:

- I. **apresentação do trabalho**, pelo(a) acadêmico(a), com o tempo de 20 a 30 minutos;
- II. **arguição pela banca**, com tempo de até 15 minutos por membro;
- III. **réplica**, o aluno terá o direito de comentar, justificar ou esclarecer a apreciação da Banca Examinadora, no tempo de até 15 minutos;
- IV. **reunião da banca**, para discussão das características do trabalho e da pontuação e a emissão do parecer de aprovação ou reprovação, em tempo máximo de 10 minutos.

Art. 23 – A presente regulamentação entrará em vigor a partir da data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Letras.

Art. 24 – Os casos omissos nesta regulamentação serão encaminhados por escrito à Comissão de TCC e ao Colegiado do Curso de Letras a fim de serem deliberados em sessão extraordinária.

ANEXO E

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO**

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004.⁷

**Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das
Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura
Afro-Brasileira e Africana.**

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 9.131, publicada em 25 de novembro de 1995, e com fundamentação no Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004, homologado pelo Ministro da Educação em 19 de maio de 2004, e que a este se integra, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.

§ 2º O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas.

⁷

CNE/CP Resolução 1/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.

§ 3º Caberá aos conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios desenvolver as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas por esta Resolução, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos e seus respectivos sistemas.

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004.

§ 1º Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação tratada no “caput” deste artigo.

§ 2º As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.

§ 3º O ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nos termos da Lei 10639/2003, refere-se, em especial, aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil. § 4º Os sistemas de ensino incentivarão pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.

Art. 4º Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino.

Art. 5º Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afrodescendentes de freqüentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

Art. 6º Os órgãos colegiados dos estabelecimentos de ensino, em suas finalidades, responsabilidades e tarefas, incluirão o previsto o exame e encaminhamento de solução para situações de discriminação, buscando-se criar situações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade. § Único: Os casos que caracterizem racismo serão tratados como crimes imprescritíveis e inafiançáveis, conforme prevê o Art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988.

Art. 7º Os sistemas de ensino orientarão e supervisionarão a elaboração e edição de livros e outros materiais didáticos, em atendimento ao disposto no Parecer CNE/CP 003/2004.

Art. 8º Os sistemas de ensino promoverão ampla divulgação do Parecer CNE/CP 003/2004 e dessa Resolução, em atividades periódicas, com a participação das redes das escolas públicas e privadas, de exposição, avaliação e divulgação dos êxitos e dificuldades do ensino e aprendizagens de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da Educação das Relações Étnico-Raciais.

§ 1º Os resultados obtidos com as atividades mencionadas no caput deste artigo serão comunicados de forma detalhada ao Ministério da Educação, à Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, ao Conselho Nacional de Educação e aos respectivos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, para que encaminhem providências, que forem requeridas.

Art. 9º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Roberto Cláudio Frota Bezerra
Presidente do Conselho Nacional de Educação

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

CAPÍTULO II

DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

[...]

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004.⁸

Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nas Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

DECRETA:

No seu art. 4º fica determinado que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, os Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal e as organizações representativas de pessoas portadoras de deficiência terão legitimidade para acompanhar e sugerir medidas para o cumprimento dos requisitos estabelecidos neste Decreto. O art. 70 deste Decreto modifica o art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, o qual passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 4º.....

deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

..... utilização dos recursos da comunidade;
..... (NR)

Foram incluídas, portanto, as pessoas com ostomia, nanismo, baixa visão e excluídos os deficientes auditivos leves. Interessante salientar o que determina o art. 24:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

§ 1º Para a concessão de autorização de funcionamento, de abertura ou renovação de curso pelo Poder Público, o estabelecimento de ensino deverá comprovar que:

está cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica ou neste Decreto;

coloca à disposição de professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas; e

seu ordenamento interno contém normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas.

A inspeção do trabalho também deverá observar as condições de acessibilidade ao realizar a inspeção prévia dos estabelecimentos comerciais.

.....

Art. 71. Ficam revogados os [arts. 50 a 54 do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999](#).

Art. 72. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 2 de dezembro de 2004; 183^º da Independência e 116^º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
José Dirceu de Oliveira e Silva

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania
Coordenação-Geral de Educação Ambiental**

Assunto: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental

A Coordenação-Geral de Educação Ambiental – CGEA/SECAD/MEC, em sua condição de integrante do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental¹, encaminha ao Conselho Nacional de Educação - CNE o presente texto sugestivo para o estabelecimento de Diretrizes Curriculares Nacionais relacionadas à Educação Ambiental que, conforme exigência legal, deve estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino.

Para tanto, apresenta-se breve histórico da Educação Ambiental no Brasil e no mundo e comenta-se sobre o papel do CNE na Política Nacional de Educação Ambiental. Em seguida, o presente texto apresenta proposta para oficializar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, sugerindo também a inserção da dimensão ambiental nos diferentes cursos de Ensino Superior e que, no curso de pedagogia e nas diferentes licenciaturas da Educação Superior (formação inicial de professores), a Educação Ambiental seja atividade curricular, disciplina ou projetos interdisciplinares, capaz de acrescentar à tal formação não apenas os conteúdos desta temática e a relação dela com as diversas áreas do conhecimento, mas uma formação crítica que fortaleça a postura ética, política e o papel social dos docentes para a construção do projeto de cidadania.

.....

III.3. Diretrizes – Educação Superior

1.Promoção do enfoque da sustentabilidade em seus múltiplos aspectos, por meio de atividade curricular/disciplina/projetos interdisciplinares obrigatórios que promovam o estudo da legislação ambiental e conhecimentos sobre gestão ambiental, de acordo com o perfil profissional dos diversos cursos de bacharelado, licenciatura, graduação tecnológica e seus respectivos cursos de pós-graduação.

2.Fomento a pesquisas voltadas à construção de instrumentos, metodologias e processos para a abordagem da dimensão ambiental que possam ser aplicados aos currículos integrados dos diferentes níveis e modalidades de ensino.

3.Acompanhamento avaliativo da incorporação da dimensão ambiental na Educação Superior de modo a subsidiar o aprimoramento dos projetos pedagógicos e a elaboração de diretrizes específicas para cada um de seus âmbitos.

4.Fomento e estímulo à pesquisa e extensão nas temáticas relacionadas à Educação Ambiental;

5.Incentivo à promoção de materiais educacionais que sirvam de referência para a educação ambiental nos diversos níveis de ensino e modalidades de ensino e aprendizagem;

6.Participação em processos de formação continuada e em serviço de docentes.

• Formação inicial e continuada de professores e gestores (aplicáveis a todos os níveis e modalidades de ensino)

1.Inclusão obrigatória de atividade curricular/disciplina ou projetos interdisciplinares obrigatórios na formação inicial de professores (magistério, pedagogia e todas as licenciaturas), incluindo conhecimentos específicos para a práxis pedagógica da educação ambiental e sobre legislação e gestão ambientais;

2.Incentivo à atuação pedagógica interdisciplinar, cooperativa, investigativa e transformadora da Educação Ambiental com a interação de equipes com diferentes formações, incluindo estágios, pesquisa e extensão;

ANEXO I

RESOLUÇÃO Nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006.

Disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da UFAL.

CONSIDERANDO a análise e discussão promovidas pelo Fórum dos Colegiados da Graduação, sob a Coordenação da PROGRAD/UFAL, fundamentada na Lei Federal nº 6.494, de 07/12/1977 e regulamentada pelos Decretos nºs. 87.497, de 18/08/1982 e 89.467, de 21/03/1984;

CONSIDERANDO a apreciação e aprovação da Câmara Acadêmica do CONSUNI, ocorrida na sessão do dia 15/12/2006, bem como o resultado das discussões ocorridas no pleno do Conselho Universitário sobre o tema;

R E S O L V E :

Art. 1º Disciplinar, na forma desta Resolução, o funcionamento dos Estágios Curriculares dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

I - Da Natureza e Objetivo do Estágio

Art. 2º O estágio curricular de caráter formativo, que pode ser obrigatório ou não obrigatório, constitui parte dos processos de aprendizagem teórico-prática que integram os Projetos Pedagógicos dos Cursos, sendo inerente à formação acadêmico-profissional.

§ 1º O estágio curricular é obrigatório quando exigido em decorrência das diretrizes curriculares dos cursos e/ou previsto nos respectivos projetos pedagógicos, como disciplina que integraliza a estrutura curricular.

§ 2º O estágio curricular é não obrigatório quando previsto nos projetos pedagógico dos cursos como atividade opcional à formação profissional, e/ou como parte integrante do conjunto de possibilidades previstas para as atividades complementares.

§ 3º O estágio curricular pressupõe planejamento, acompanhamento, avaliação e validação pela Instituição de Ensino, em comum acordo com a instituição concedente.

Art. 3º O estágio curricular tem como objetivo o desenvolvimento de competências – conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes – em situações de aprendizagem, conduzidas no ambiente profissional, sob a responsabilidade da Universidade e da Instituição Concedente.

Parágrafo Único. Cada Colegiado de Curso escolherá, preferencialmente dentre os professores que o compõem, um Coordenador de Estágio, a quem caberá o acompanhamento das atividades de estágio no âmbito do Curso.

II - Das Instituições Concedentes de Estágio

Art. 4º Podem ser Instituições Concedentes de estágio curricular pessoas jurídicas de direito público ou privado que tenham condições de proporcionar ao aluno experiência prática na sua área de formação acadêmico-profissional.

Art. 5º O estágio curricular poderá se desenvolver nas dependências da Universidade ou nas da Instituição Concedente de estágio.

§ 1º Quando o estágio curricular ocorrer nas dependências da Universidade, será celebrado Termo de Responsabilidade entre os órgãos envolvidos.

§ 2º Quando o estágio curricular ocorrer nas dependências da Instituição Concedente, será firmado convênio onde serão especificadas as condições do estágio e as obrigações e direitos das partes.

§ 3º Os convênios referidos no § 2º serão periodicamente avaliados, ficando sua renovação condicionada ao atendimento dos objetivos didático-pedagógicos do estágio curricular.

§ 4º As áreas de estágio a serem disponibilizadas pelas Instituições Concedentes deverão ser por elas previamente cadastradas no Módulo de Gerenciamento de Estágio – MGE do Sistema Acadêmico, sendo aprovadas ou não pelos Coordenadores de Estágio dos Cursos de Graduação envolvidos.

§ 5º No cadastro da área de estágio, a Instituição Concedente deverá fornecer as seguintes informações, entre outras:

I - indicação do supervisor do seu quadro de pessoal, com formação e experiência profissional na área de concessão do estágio, para acompanhar os alunos;

II - descrição das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário na instituição;

II - carga horária semanal;

III - remuneração, quando for o caso;

IV - cursos para os quais serão oferecidas vagas de estágio na área.

III - Da Documentação do Estágio

Art. 6º - Para a validade do estágio faz-se necessário, além do convênio firmado entre a Universidade e a Instituição Concedente, a existência de:

I - plano de estágio elaborado pelo estagiário sob orientação dos supervisores da UFAL e da Instituição Concedente, no caso de estágio obrigatório;

II - plano de atividades definido pela área de estágio cadastrada pela Instituição Concedente, previamente aprovada pelo Coordenador de Estágio do Curso de Graduação envolvido, no caso de estágio não obrigatório;

III - documento de encaminhamento do estagiário à Instituição Concedente, feito pela Coordenadoria de Estágios Curriculares da Pró-Reitoria de Graduação - CEC/PROGRAD, no caso de estágio não obrigatório, e pelo Coordenador de Estágio do Curso, no caso do estágio obrigatório;

IV - termo de compromisso assinado pelo estagiário, pelo representante da Instituição Concedente e da UFAL, em conformidade com o convênio firmado;

V - relatório de acompanhamento, avaliação e validação do estágio elaborado pela UFAL conjuntamente com a Instituição Concedente;

VI - relatório de atividades, elaborado pelo estagiário, apresentado periodicamente à UFAL e à Instituição Concedente de acordo com o definido no Projeto Pedagógico de Curso;

VII - relatório de atividades, elaborado pelo estagiário, apresentado em período não superior a 06 (seis) meses, à UFAL e à Instituição Concedente.

§ 1º Os relatórios a que se referem os incisos VI e VII deverão ficar à disposição da fiscalização pelo período de 02 (dois) anos, contados a partir da data em que forem apresentados.

§ 2º O Termo de Compromisso conterá os seguintes dados:

I - identificação do estagiário, número de matrícula e indicação do curso;

II - valor da bolsa mensal, quando for o caso;

III - jornada semanal a ser cumprida e período do estágio;

IV - número da apólice do seguro de acidentes pessoais e nome da companhia seguradora.

V - menção de que o estágio não acarretará vínculo empregatício, podendo ser remunerado ou não, e nem acumulará com outras bolsas da UFAL;

VI - identificação do professor supervisor de estágio e do supervisor de estágio na Instituição Concedente, que deverá ser um profissional com formação e experiência na área de concessão do estágio.

§ 3º Quando tratar-se de estágio obrigatório, o plano de estágio curricular conterá os objetivos, a descrição das atividades, o período (início e término do estágio), o local e caracterização da Instituição Concedente que receberá o estagiário, o horário do estágio, o nome e a formação do supervisor de estágio, e tudo o mais que for definido pela Coordenação de Estágio do Curso de Graduação.

§ 4º Quando tratar-se de estágio não obrigatório, será anexado ao termo de compromisso o plano de atividades cadastrado no Módulo de Gerenciamento de Estágio – MGE no Sistema Acadêmico.

§ 5º A Instituição Concedente, quando do desligamento do estagiário, deverá entregar o termo de realização de estágio com a indicação resumida das atividades desenvolvidas, do período de permanência e da avaliação de desempenho.

IV - Do Seguro de Acidentes

Art. 7º O seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário é obrigatório.

§ 1º No caso de estágio curricular obrigatório, o pagamento do seguro será providenciado pela UFAL ou pela Instituição Concedente;

§ 2º No caso de estágio curricular não obrigatório, o pagamento do seguro será providenciado pela Instituição Concedente ;

§ 3º No caso de estágio curricular administrado por Agente de Integração, a responsabilidade pelo pagamento do seguro será deste.

V - Da Carga Horária e Período de Estágio

Art. 8º A carga horária máxima para as atividades de estágio curricular não obrigatório será definida pelo Conselho da Unidade Acadêmica à qual o curso estiver vinculado, não podendo ultrapassar 30 (trinta) horas semanais, devendo compatibilizar-se com as atividades acadêmicas e com o horário das disciplinas curriculares do curso em que o estagiário estiver matriculado.

Art. 9º A carga horária semanal para as atividades do estágio curricular obrigatório será definida no Projeto Pedagógico de Curso.

Art. 10. O período mínimo de estágio curricular não obrigatório será de 01 (um) semestre, podendo ser prorrogado, a critério da Coordenação de Estágio do Curso, por, no máximo, 03 (três) semestres.

Parágrafo único. O estágio curricular não obrigatório não poderá exceder a 04 (quatro) semestres consecutivos, na mesma Instituição.

VI - Do Agente de Integração

Art. 11. A UFAL poderá utilizar, mediante convênio, os serviços de Agentes de Integração com a finalidade de proporcionar novas oportunidades de estágio.

§ 1º A UFAL somente firmará convênios com os Agentes de Integração que se comprometerem a providenciar a assinatura dos termos de compromisso pela Instituição Concedente, pela UFAL, pelo aluno e pelo Agente de Integração, após parecer favorável do Colegiado de Curso de origem do estagiário encaminhado pela Coordenadoria de Estágios Curriculares da Pró-Reitoria de Graduação - CEC/PROGRAD.

§ 2º Cabe ainda aos Agentes de Integração:

I - identificar oportunidades de estágio;

II - cadastrar as áreas de estágio e as ofertas de vagas oferecidas pelas Instituições Concedentes;

III - imprimir e providenciar a assinatura dos termos de compromisso pela Instituição Concedente, pela UFAL, pelo aluno e pelo Agente de Integração;

IV - providenciar o pagamento da bolsa, na hipótese de estágio remunerado;

V - contratar seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário.

VII - Da Organização do Estágio

Art. 12. Os alunos dos cursos de graduação da UFAL, desde que regularmente matriculados em disciplinas e com frequência efetiva no Curso ao qual estejam vinculados, deverão realizar o estágio curricular obrigatório, podendo, ainda, realizar estágios curriculares não obrigatórios no caso dessas atividades serem previstas no projeto pedagógico de seu curso.

§ 1º Durante o estágio curricular não obrigatório o aluno deverá obter aprovação em disciplinas que perfaçam, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total das disciplinas nas quais esteja matriculado, sob pena de, não o fazendo, ser desligado do Programa de Estágio durante 01 (um) período letivo.

§ 2º Havendo recuperação do rendimento escolar com aprovação em disciplinas que compreendam 75% (setenta e cinco por cento) ou mais da carga horária total das disciplinas em que esteja matriculado durante o período letivo subsequente ao desligamento, o aluno poderá retornar ao Programa de Estágio.

§ 3º A Coordenação de Estágio do curso acompanhará o desempenho acadêmico do estagiário.

Art. 13. A Universidade disponibilizará em seu portal eletrônico, através do sítio do Sistema Acadêmico, um Módulo de Gerenciamento de Estágio – *MGE*, visando acompanhar e registrar as atividades acadêmico-administrativas dos estágios curriculares obrigatórios ou não obrigatórios, cujo gerenciamento será da responsabilidade da Coordenadoria de Estágios Curriculares da Pró-Reitoria de Graduação - *CEC/PROGRAD*.

Art. 14. A orientação, a supervisão e a avaliação acadêmica do estágio curricular, em qualquer de suas modalidades, são atividades obrigatórias de responsabilidade do curso de procedência do aluno, levadas a efeito do modo compartilhado com os supervisores vinculados às Instituições Concedentes de estágio.

Art. 15. As atividades do estagiário somente poderão ter início após a assinatura do Termo de Compromisso pelas partes envolvidas, cabendo ao Coordenador de Estágio do Curso registrar a data correspondente no Módulo de Gerenciamento de Estágio – *MGE*.

Art. 16. Junto à Pró-Reitoria de Graduação – *PROGRAD/UFAL* funcionará a COMISSÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR, órgão colegiado encarregado de, dentre outras atribuições, promover a discussão em torno dos estágios na Universidade, estabelecer as normas gerais para a formação de uma Política de Estágio Curricular na UFAL, bem como promover a elaboração de um Manual de Orientação de Estágio.

§ 1º Comporão a Comissão de Estágio Curricular:

I - 01 (um) representante e 01 (um) suplente de Coordenadores de Curso de Graduação, por área do conhecimento (saúde, exatas, humanas, tecnológicas e sociais) e modalidades (bacharelado e licenciatura), indicados pelo Fórum dos Colegiados;

II - 01 (um) representante e 01 (um) suplente de discentes indicado pelo Diretório Central dos Estudantes - *DCE/UFAL*;

III - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Gestão Institucional – *PROGINST/UFAL*;

IV - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Extensão - *PROEX/UFAL*;

V - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Graduação - *PROGRAD/UFAL*;

VI - 01 (um) representante da Pró-Reitoria Estudantil - *PROEST/UFAL*.

§ 2º A Pró-Reitoria de Graduação – *PROGRAD/UFAL* designará o Coordenador da Comissão de Estágio Curricular.

Art. 17. Cada Curso de Graduação regulamentará seu próprio estágio curricular mediante resolução elaborada e aprovada pelo Colegiado de Curso observados os

ditames da legislação específica e desta Resolução, e homologada pelo Conselho da respectiva Unidade Acadêmica.

VIII – Das Disposições Finais

Art. 18. A UFAL, os estudantes, as Instituições Concedentes e os Agentes Integradores terão prazo de 06 (seis) meses , a partir da data de aprovação desta Resolução, para a ela se adequarem.

Art. 19. Compete ao titular da PROGRAD/UFAL aprovar os termos de convênio para oferta de estágios curriculares, depois de apreciados pela Comissão de Estágio Curricular de que trata o Art. 15 desta Resolução.

Art. 20. Esta Resolução entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Sala dos Conselhos Superiores da Universidade Federal de Alagoas, em 18 de dezembro de 2006.

Prof^a. Ana Dayse Rezende Dorea
Presidenta do CONSUNI/UFAL.

ANEXO J

RESOLUÇÃO Nº 32/2005-CEPE, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2005.

Estabelece os componentes curriculares comuns para os cursos de formação de professores da UFAL, a partir do ano letivo de 2006.

CONSIDERANDO que a formação de professores deve partir da noção de que a docência não se realiza num quadro abstrato de relações individualizadas de ensino e aprendizagem, mas dentro de um complexo contexto social e institucional;

CONSIDERANDO que a ação de educar se situa num contexto cultural, político, histórico, social e, por isso mesmo deve ser encarada como uma prática social e histórica capaz de responder qualitativamente às demandas da sociedade brasileira;

CONSIDERANDO que a formação acadêmica e profissional do/a professor/a só pode ser planejada e executada à luz de uma concepção muito clara do que se espera da educação e do que se concebe por ações promotoras de educação, como prática institucionalizada;

CONSIDERANDO o atendimento ao que reza o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), a Resolução CNE/CP nº 01/2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena e em consonância com o atendimento aos padrões mínimos de qualidade para a Graduação estabelecidos pela Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB);

CONSIDERANDO a necessidade de definir um conjunto de disciplinas comuns e procedimentos acadêmicos que possam garantir a formação do professor na sua especificidade profissional;

CONSIDERANDO as discussões ocorridas no Fórum dos Colegiados dos Cursos de Licenciatura decidindo adotar um conjunto de disciplinas comuns aos seus Cursos e o Parecer favorável da Câmara de Ensino de Graduação do CEPE, aprovado em 12 de dezembro de 2005;

RESOLVE :

Art. 1º - Estabelecer os Componentes Curriculares Comuns aos Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica da Universidade Federal de Alagoas, a partir do ano letivo de 2006, observando-se o disposto na legislação federal, nas normas acadêmicas e nos fundamentos filosóficos e políticos desta Universidade, contidos no seu Projeto Pedagógico Institucional.

Art. 2º - Os Componentes Curriculares Comuns aos Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica da Universidade Federal de Alagoas serão desenvolvidos através das seguintes disciplinas:

1. Organização do Trabalho Acadêmico;
2. Profissão Docente;
3. Política e Organização da Educação Básica no Brasil;
4. Desenvolvimento e Aprendizagem;
5. Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem;
6. Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar;
7. Pesquisa Educacional e
8. Projetos Integradores.

§ 1º - As Disciplinas acima referidas deverão ser ordenadas de conformidade com o quadro de matriz curricular explicitado a seguir, com suas respectivas cargas horárias:

SEMESTRE	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
1º	Organização do Trabalho Acadêmico	60 h
	Projetos Integradores	40 h
	Profissão Docente	60 h
2º	Política e Organização da Educação Básica no Brasil	80 h
	Projetos Integradores	40 h
3º	Desenvolvimento e Aprendizagem	80 h
	Projetos Integradores	40 h
4º	Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem	80 h
	Projetos Integradores	40 h
5º	Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar	80 h

	Estágio Supervisionado I	
	Projetos Integradores	40 h
6º	Pesquisa Educacional	60 h
	Estágio Supervisionado II	
	Projetos Integradores	40 h
7º	Estágio Supervisionado III	
	Projetos Integradores	40 h
8º	Estágio Supervisionado IV	

§ 2º - As Disciplinas definidas nos incisos I a VII do artigo 2º, somando 500 horas, são componentes das 1.800 (mil e oitocentas) horas destinadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais- DCNs para os conteúdos acadêmico-científico-culturais.

§ 3º - Da carga horária de 400 (quatrocentas) horas destinadas à Prática Pedagógica, 280 (duzentos e oitenta) horas deverão ser contempladas em Projetos Integradores e 120 (cento e vinte) horas distribuídas em diferentes disciplinas, como definido no Projeto Pedagógico do Curso - PPC.

§ 4º - A Disciplina *Organização do Trabalho Acadêmico* poderá aparecer no primeiro ou no segundo semestre do Curso, conforme definição explicitada no Projeto Pedagógico do Curso - PPC.

Art. 3º - A carga horária mínima para os cursos de Formação de Professores/as será de 2.800 (duas mil e oitocentas) horas, acrescidas, quando necessário, em até 15% (quinze por cento), contempladas em no mínimo três anos e meio (ou sete semestres), sendo que nos casos dos cursos noturnos, deverão ser distribuídos em, no mínimo, quatro anos (ou oito semestres).

§ 1º - A carga horária do Estágio Supervisionado, em cada semestre, será definida no Projeto Pedagógico do Curso - PPC, devendo perfazer um total de, no mínimo, 400 (quatrocentas) horas ao final do Curso.

§ 2º - Deverá constar do Projeto Pedagógico de cada Curso a carga horária Conclusão de Curso - TCC do Trabalho de

§ 3º - Serão destinadas 200 (duzentas) horas para outras Atividades Acadêmico-Científico-Culturais.

Art. 4º - Os cursos de Formação de Professores para a Educação Básica da Universidade Federal de Alagoas devem adotar a avaliação de seu Projeto pedagógico como fator de gestão no sentido de possibilitar correções, reorientar práticas pedagógicas e delimitar obstáculos administrativos.

Parágrafo Único - Compete ao Colegiado do Curso de Licenciatura coordenar a avaliação do Projeto Pedagógico, devendo a mesma ser processual e formativa, e manter coerência com todos os aspectos do planejamento e da execução de cada curso.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Sala dos Conselhos Superiores da UFAL, em 14 de dezembro de 2005.

Prof. Eurico de Barros Lobo Filho

Vice-Presidente do CEPE/UFAL

Reitor em exercício.

ANEXO K

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007 (*)()**

Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no art. 9º, do § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fulcro no Parecer CNE/CES nº 8/2007, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 13 de junho de 2007, RESOLVE:

Art. 1º Ficam instituídas, na forma do Parecer CNE/CES nº 8/2007, as cargas horárias mínimas para os cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, constantes do quadro anexo à presente. Parágrafo único. Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior, para o atendimento do art. 1º, deverão fixar os tempos mínimos e máximos de integralização curricular por curso, bem como sua duração, tomando por base as seguintes orientações:

I – a carga horária total dos cursos, ofertados sob regime seriado, por sistema de crédito ou por módulos acadêmicos, atendidos os tempos letivos fixados na Lei nº 9.394/96, deverá ser dimensionada em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo;

II – a duração dos cursos deve ser estabelecida por carga horária total curricular, contabilizada em horas, passando a constar do respectivo Projeto Pedagógico;

III – os limites de integralização dos cursos devem ser fixados com base na carga horária total, computada nos respectivos Projetos Pedagógicos do curso, observados os limites estabelecidos nos exercícios e cenários apresentados no Parecer CNE/CES nº 8/2007, da seguinte forma: a) Grupo de Carga Horária Mínima de 2.400h: Limites mínimos para integralização de 3 (três) ou 4 (quatro) anos. b) Grupo de Carga Horária Mínima de 2.700h: Limites mínimos para integralização de 3,5 (três e meio) ou 4 (quatro) anos. c) Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.000h e 3.200h: Limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos. d) Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.600 e 4.000h: Limite mínimo para integralização de 5 (cinco) anos. e) Grupo de Carga Horária Mínima de 7.200h: Limite mínimo para integralização de 6 (seis) anos.

IV – a integralização distinta das desenhadas nos cenários apresentados nesta Resolução poderá ser praticada desde que o Projeto Pedagógico justifique sua adequação.

Art. 3º O prazo para implantação pelas IES, em quaisquer das hipóteses de que tratam as respectivas Resoluções da Câmara de Educação Superior do CNE, referentes às Diretrizes Curriculares de cursos de graduação, bacharelados, passa a contar a partir da publicação desta.

(*) Resolução CNE/CES 2/2007. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2007, Seção 1, p. 6. (**) Republicada no DOU de 17/09/2007, Seção 1, pág. 23, por ter saído no DOU de 19/06/2007, Seção 1, pág. 6, com incorreção no original.

Art. 4º As Instituições de Educação Superior devem ajustar e efetivar os projetos pedagógicos de seus cursos aos efeitos do Parecer CNE/CES nº 8/2007 e desta

Resolução, até o encerramento do ciclo avaliativo do SINAES, nos termos da Portaria Normativa nº 1/2007, bem como atender ao que institui o Parecer CNE/CES nº 261/2006, referente à hora-aula. Art. 5º As disposições desta Resolução devem ser seguidas pelos órgãos do MEC nas suas funções de avaliação, verificação, regulação e supervisão, no que for pertinente à matéria desta Resolução. Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos Caruso Ronca
Presidente da Câmara de Educação Superior